

# O PNPOT E O PROT ALGARVE NO PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO MUNICIPIO DE LAGOS



Sérgio Marreiros

## **Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão do Território**

**OUTUBRO DE 2009 A MARÇO DE 2010**



## **Agradecimentos**

Agradecer à Câmara Municipal de Lagos, na pessoa do seu Presidente, Doutor Júlio Barroso, pela oportunidade facultada de estagiar nessa Instituição. Agradecimento especial à Doutora Ana Marreiros e ao Doutor João Pedro Pales pelo apoio e orientação diários durante o período de estágio e à Professora Doutora Regina Salvador pela orientação nesta fase académica. Uma palavra ainda para o Engenheiro Silva, pelas suas sugestões e sabedoria transmitidas durante o estágio curricular.

## Índice

Introdução .....	5
Capítulo I: Enquadramento Teórico.....	6
I. 1. Cluster e Governança Territorial.....	6
I. 2. Planeamento, Ordenamento e Desenvolvimento .....	7
I. 3. Instrumentos de Gestão Territorial e Sistema de Gestão Territorial .....	9
Capítulo II: Enquadramento geográfico .....	12
II. 1. População.....	13
II. 2. Actividades Económicas.....	22
Capítulo III: Planeamento Territorial.....	34
III. 1. PNPOT/PROT aplicados em Lagos .....	34
III. 2. PDM/PU/PP de Lagos. ....	45
III. 3. QREN 2007-13.....	49
Capítulo IV: Perspectivas de Desenvolvimento e Planeamento .....	51
IV. 1. Cluster Descobrimentos e Algarve Tecnopolis.....	51
IV. 2. Novos instrumentos de gestão territorial.....	54
IV. 3. Matriz SWOT.....	56
Conclusão .....	58
Bibliografia .....	59
Lista de Figuras .....	62
Anexo .....	64

## **Lista de Abreviaturas**

IGT – Instrumentos de Gestão Territorial

LBOTDU – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo

PDM – Plano Director Municipal

PEOT – Plano Especial de Ordenamento do Território

PIMOT – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território

PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

POAAP – Plano de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas

POAP – Plano de Ordenamento das Áreas Protegidas

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

PP – Plano de Pormenor

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PU – Plano de Urbanização

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

## Introdução

O presente relatório de estágio foi efectuado mediante um estágio curricular na Câmara Municipal de Lagos, instituição da Administração Pública que tem como objecto a gestão do território do mesmo município. Os objectivos do estágio curricular eram:

- Ter oportunidade de desenvolver competências num ambiente profissional e técnico;
- Aperceber-me da aplicação prática “quotidiana” de temas abordados durante o curso;
- Ter oportunidade de aplicar alguns desses conhecimentos a situações específicas;
- Ter a possibilidade de desenvolver competências comportamentais transversais como: relacionamento interpessoal, autoconfiança, disciplina, métodos de trabalho, capacidade de cumprir prazos e horários, capacidade de integração em Organizações e equipas de trabalho.

Não foi possível elaborar um plano de actividades para o estágio, no entanto, numa primeira fase, o objectivo foi o de me inteirar sobre as funções desempenhadas pelos geógrafos na Câmara Municipal, os seus objectivos, métodos de trabalho e as suas actividades. Depois de ultrapassada esta fase, tive como propósito enquadrar-me da legislação mais comumente utilizada pelos meus orientadores no local de estágio. Na fase seguinte, consultei todos os planos municipais de ordenamento do território já aprovados ou em processo de aprovação, como forma de aprofundar o conhecimento sobre o território em análise.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do relatório, baseou-se na pesquisa e recolha de informação através de fontes da internet, da leitura de trabalhos retirados da internet, de fontes bibliográficas e da informação e dados recolhidos na Câmara Municipal, nomeadamente, a leitura de todos os Planos Municipais de Ordenamento do Território, Plano de Turismo, Ambiente, Social e Cultural, entre outros.

O relatório de estágio está dividido em seis partes, sendo que a Introdução corresponde à primeira dessas partes. Depois da Introdução apresenta-se um breve enquadramento teórico sobre os temas abordados no relatório (cluster, governança territorial, planeamento, ordenamento, desenvolvimento e instrumentos de gestão territorial em Portugal). Numa terceira parte, encontra-se o Enquadramento Geográfico do território em análise, com alguns dados estatísticos gerais e outros mais específicos. Na quarta parte do relatório entra-se pelo Planeamento Territorial aplicado ao município de Lagos. De seguida apresentam-se as Perspectivas de Desenvolvimento e Planeamento para o município de Lagos, terminando na sexta parte, com a Conclusão.

## Enquadramento Teórico

### Cluster e Governança Territorial

No último quarto de século, tem-se assistido a uma crescente diminuição do peso do sector público na esfera económica, devido a factores como a liberalização da concorrência e dos mercados. No entanto, este sector ainda desempenha um papel importante no desenvolvimento e crescimentos das economias. Actualmente, como refere Regina Salvador, *“as grandes áreas de intervenção pública são a justiça, defesa, atracção de investimento estrangeiro, competitividade, planeamento estratégico”*.

As Câmaras Municipais, neste novo paradigma, ganham um novo papel no desenvolvimento local e regional em todos os níveis: económico, social, ambiental, entre outros. Como refere Asher, *“as grandes cidades têm cada vez mais traços comuns com as grandes empresas”*: sofrem a concorrência internacional, gerem serviços e recursos humanos, enquanto que os governantes são equiparados aos gestores de grandes empresas.

Com o fenómeno da globalização, os Estados perderam importância na planificação de políticas de desenvolvimento, devido à emergência dos poderes supra-nacionais (União Europeia, ASEAN, entre outros). Como refere Borja e Castells, *“os Estados são demasiado pequenos para resolver os problemas sociais ou económicos e demasiado grandes para resolver os problemas locais”*. Estes autores não pretendem o desaparecimento dos Estados, mas defendem o papel do Estado como *“facilitador do crescimento económico”*.

As cidades representam actualmente o centro da economia e finanças mundial, da criação de modas e estilos, que depois são exportados para o resto do mundo. A União Europeia também já reconheceu a importância das cidades/regiões no desenvolvimento e crescimento económico, facto comprovado pela distribuição dos fundos comunitários pelas regiões NUTS II.

Borja e Castells referem que as áreas privilegiadas dos governos locais são as seguintes: *“a área económica, a urbanística, a da segurança cidadã e justiça e, finalmente, a social e cultural”*. Os governos locais terão que promover o crescimento económico, através da criação de áreas empresariais, bancos com linhas de capitais de risco, gabinetes de apoio aos empresários e investidores, promover e gerir espaços destinados a centros de congressos, feiras ou parques tecnológicos.

A globalização acelerou a decadência dos Estados, ao mesmo tempo que fazia emergir as grandes metrópoles e regiões. Cidades como Nova Iorque, Paris e Tóquio ou regiões como a

Catalunha e o País Basco, por exemplo, saíram vencedoras deste novo paradigma global. A mais importante das razões deve-se à concentração geográfica das actividades mais especializadas em torno das grandes cidades globais e das regiões.

À concentração de actividades relacionadas num curto espaço do território, Michael Porter deu o nome de “*cluster*”. Esta denominação está muito em voga e, pelo menos no espaço europeu, todas as regiões têm como objectivo a criação de um qualquer cluster, como forma de promover o crescimento do emprego e da economia.

Os clusters favorecem a competição e a cooperação entre as empresas, já que estas partilham os mesmos mercados, tendo para isso que estar sempre a inovar, para conquistar uma maior quota de mercado. O ritmo da inovação também é tanto maior, quanto mais exigente for a população do mercado local. A cooperação surge pela proximidade de relações e pela disseminação da informação e da tecnologia.

Os governos locais têm um papel importante na formação dos clusters, nomeadamente através da construção das infra-estruturas e dos equipamentos necessários para o desenvolvimento de um cluster.

### **Planeamento, Ordenamento e Desenvolvimento do Território**

O ordenamento significa assumir para cada parcela do território o seu uso mais adequado, ou seja, ordenar o território de acordo com o melhor uso do solo. O ordenamento do território não é mais que a gestão das actividades humanas e do espaço natural, tentando potenciar a localização das actividades, das infra-estruturas e dos aglomerados, com a preservação do meio ambiente.

Segundo a LBOTDU: “*A política de ordenamento do território e de urbanismo define e integra as acções promovidas pela Administração Pública, visando assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspectiva da sua valorização...*”

A definição da LBOTDU integra as acções promovidas pela Administração Pública, já que os principais gestores do território são os governos locais, regionais (em Portugal não existe este cargo) e nacionais.

Segundo a Lei de Bases do Ambiente, o ordenamento do território “*é o processo integrado da organização do espaço biofísico, tendo como objectivo o uso e a transformação do território, de acordo com as suas capacidades e vocações...*”

A Lei de Bases do Ambiente refere uma posição mais holística do ordenamento do território, defendendo que o uso e a transformação do território se realize de acordo com a adequada vocação de cada espaço.

Segundo a Carta Europeia do Ordenamento do Território, o ordenamento do território procura: *“O desenvolvimento socioeconómico equilibrado das regiões; (...) a melhoria da qualidade de vida; a gestão responsável dos recursos naturais e a protecção do ambiente; (...) a utilização racional do território; (...) implementação dos objectivos do ordenamento do território; (...) coordenação entre os diferentes sectores; (...) coordenação e cooperação entre os diversos níveis de decisão e obtenção de recursos financeiros; (...) participação das populações.”* No essencial, a Carta Europeia do Ordenamento do Território, defende o desenvolvimento do território a todos os níveis – social, ambiental, económico, cultural, política, etc. O ordenamento do território é um processo contínuo no tempo, onde só se poderão observar os resultados dessa política a médio/longo prazo.

O planeamento provém da palavra plano e, de uma forma simples, é o procedimento utilizado para chegar a um determinado objectivo. Em Geografia, um plano não passa de um simples documento, de carácter vinculativo, onde vêm referidos objectivos, estratégias, projectos, acções, recomendações e um regulamento *“que enquadra e possibilita o controlo das intervenções sobre o território”*. (Planeamento do uso do solo em SIG) O planeamento é um processo cíclico e segundo Partidário, o *“ordenamento do território motiva o desencadear de uma série de acções, que se concretizam através do planeamento”*.

Actualmente, o desenvolvimento do território é um conceito mais abrangente do que à 20 anos atrás. Antes, limitava-se exclusivamente ao crescimento económico e às componentes económicas de um território, no entanto, nos últimos anos têm vindo a ser integradas no conceito de desenvolvimento as palavras ambiente, sociedade, política, sustentabilidade, cultura, entre outros. O desenvolvimento representa um conceito alargado, que diz respeito ao meio ambiente e a toda a sociedade nele integrado. Devido à dificuldade em definir o conceito de desenvolvimento, a sua quantificação ainda se torna mais complicada. O Índice de Desenvolvimento Humano é talvez o mais completo para a quantificação do desenvolvimento, no entanto, não integra muitas categorias do desenvolvimento, tais como, o ambiente, a igualdade de géneros, acesso à cultura, entre muitos outros.

Em síntese, pode-se referir que o objectivo do ordenamento do território é alcançar o desenvolvimento integrado de todas as suas componentes (ambiental, social, económica, política,



cultural, etc.), utilizando o planeamento como o processo mais agregador dos interesses e das estratégias da população afectada a determinado território.

### **Sistema e Instrumentos de Gestão Territorial em Portugal**

O sistema de gestão territorial é essencial para a aplicação da política de ordenamento e urbanismo do território nacional. Este sistema divide-se em três âmbitos distintos: nacional, regional e municipal. Segundo a Lei de Bases do Planeamento e Ordenamento do Território e do Urbanismo, “*o sistema de gestão territorial concretiza a interacção coordenada dos seus diversos âmbitos, através de um conjunto coerente e racional de instrumentos de gestão territorial*”.

Existem quatro tipos de instrumentos de gestão territorial: instrumentos de desenvolvimento territorial, instrumentos de planeamento territorial, instrumentos da política sectorial e instrumentos de natureza especial.

Os instrumentos de desenvolvimento territorial são de natureza estratégica e “*traduzem as grandes opções com relevância para a organização do território*”. Fazem parte desta categoria o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) e os Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIMOT).

Os instrumentos de planeamento territorial são de natureza regulamentar e estabelecem o regime de uso do solo. Fazem parte desta categoria os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), subdivididos em Planos Directores Municipais (PDM), Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP).

Os instrumentos da política sectorial “*programam ou concretizam as políticas de desenvolvimento económico e social com incidência espacial*”. Exemplos de planos sectoriais são: Plano Sectorial da Rede Natura 2000, Plano Rodoviário Nacional, entre muitos outros.

Os instrumentos de natureza especial são os que “*estabelecem um meio supletivo de intervenção do Governo apto à prossecução de objectivos de interesse nacional, com repercussão espacial*”. Fazem parte desta categoria os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), que se desdobram em três planos: Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), Plano de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) e o Plano de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP).

### Caracterização dos instrumentos de gestão territorial

O PNPOT, segundo a Lei 48/98, traduz *“um modelo de organização espacial que terá em conta o sistema urbano, as redes, as infra-estruturas e os equipamentos de interesse nacional em termos agrícolas, ambientais e patrimoniais”*. A definição do PNPOT é reforçada pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei 380/99). Assim *“estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia”*.

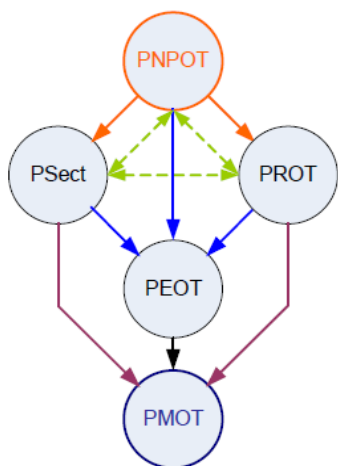
Os PROT *“estabelecem as orientações para o ordenamento do território regional, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território”*. Os PROT integram as opções estabelecidas a nível nacional e têm em conta as estratégias de desenvolvimento local.

Os PIMOT *“visam a articulação estratégica entre as áreas territoriais que, pela sua interdependência, necessitam de coordenação integrada”*. Este instrumento ainda é pouco utilizado pelos municípios portugueses.

Os três instrumentos que fazem parte dos PMOT diferem quanto à área de intervenção e, sobretudo, pela escala de intervenção. O PDM intervém em todo o território municipal e constitui-se como a estratégia para o ordenamento e desenvolvimento local. Os PU intervêm somente em áreas urbanas ou urbanizáveis, desenvolvendo o espaço urbano e ordenando a localização das redes viárias, dos equipamentos e da estrutura ecológica, entre outros. Os PP intervêm em qualquer área do território, mas de uma forma pontual. Estes definem com pormenor a ocupação do espaço e o detalhe da arquitectura dos edifícios e infra-estruturas.

Segundo a Lei 48/98, os PDM *“estabelecem a estrutura espacial, a classificação básica do solo, bem como os parâmetros de ocupação, considerando a implantação dos equipamentos sociais, e desenvolve a qualificação dos solos urbano e rural”*; os PU *“desenvolvem a qualificação do espaço urbano”*; e os PP *“definem com detalhe o uso de qualquer área delimitada do território municipal”*.

### Relações entre os instrumentos de gestão territorial



Apesar da Lei de Bases 48/98 enquadrar as relações entre os instrumentos de gestão territorial, o Decreto-lei 380/99 que estabelece o Regime Jurídico dos IGT apresenta com mais pormenor essas mesmas relações. Assim, segundo o artigo 23º. do RJIGT:

- i) “O PNPOT, os planos sectoriais, os PEOT e os PROT traduzem um compromisso recíproco de compatibilização das respectivas opções”;
- ii) “O PNPOT, os planos sectoriais e os PROT estabelecem os princípios e as regras orientadoras da disciplina a definir por novos PEOT...”;

**Figura 1** – Esquema das relações entre os instrumentos de gestão territorial

- iii) “O PNPOT implica a alteração dos PEOT que com o mesmo não se compatibilizem”;
- iv) “A elaboração dos planos sectoriais é condicionada pelas orientações definidas no PNPOT que desenvolvem e concretizam, devendo assegurar a necessária compatibilização com os PROT”;
- v) “Os PROT integram as opções definidas pelo PNPOT e pelos planos sectoriais preexistentes”;

O PNPOT encontra-se no topo da hierarquia dos instrumentos de gestão territorial, prevalecendo sobre todos os outros. Os planos sectoriais são enquadrados pelo PNPOT, já que este é que define as estratégias e orientações para a elaboração dos diversos planos sectoriais. A concretização dos PROT tem que integrar as opções definidas pelo PNPOT e pelos planos sectoriais.

No artigo 24º., estão definidas as relações entre os instrumentos de âmbito nacional/regional e os instrumentos de âmbito municipal:

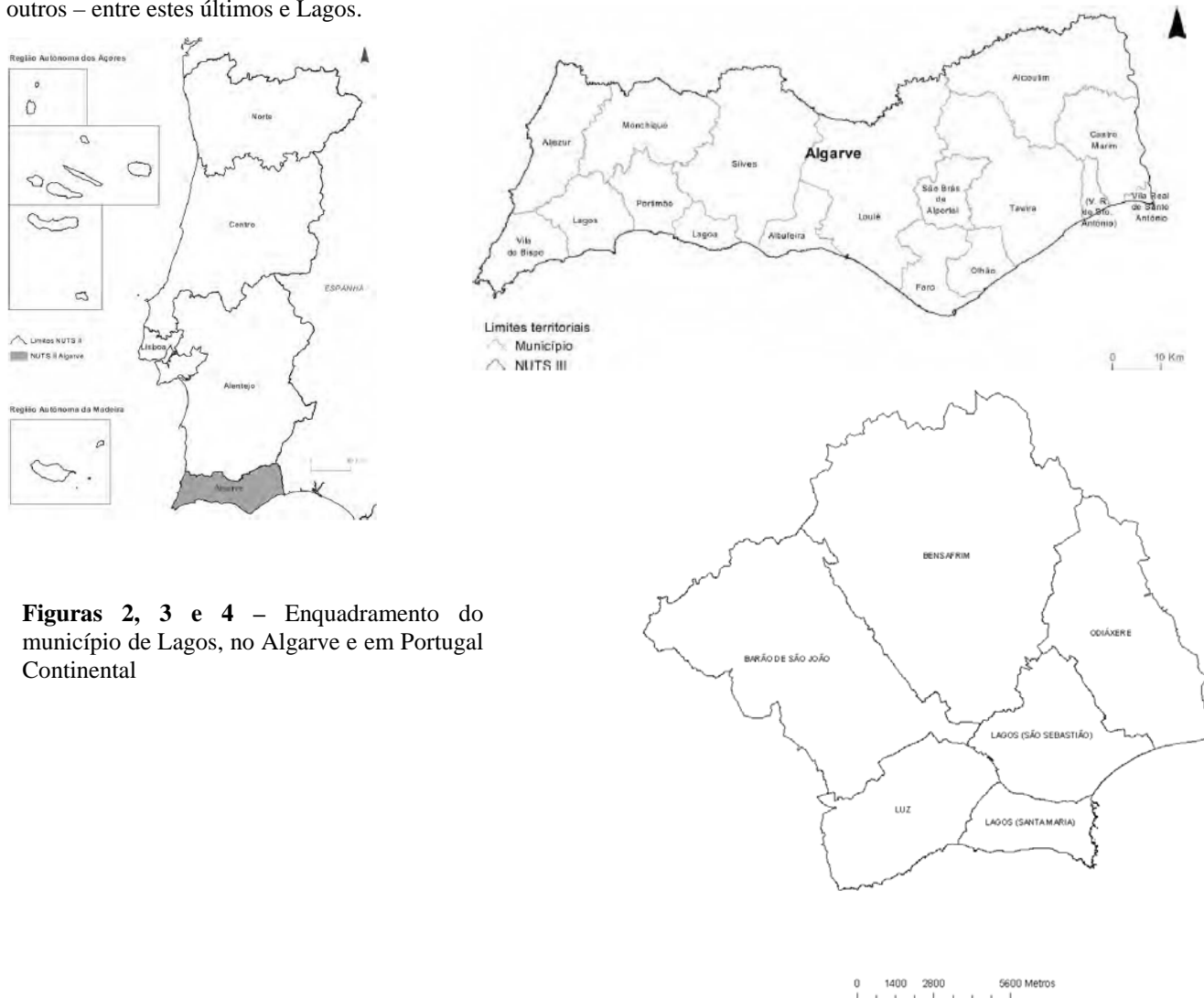
- i) “O PNPOT e os planos regionais definem o quadro estratégico a desenvolver pelos PMOT e, quando existam, pelos PIMOT”;
- ii) “...os PMOT definem a política municipal de gestão territorial de acordo com as directrizes estabelecidas pelo PNPOT, pelos PROT e, sempre que existam, pelos PIMOT”;
- iii) “Os PMOT e, quando existam, os PIMOT, devem acautelar a programação e a concretização das políticas de desenvolvimento económico e social, de ambiente, com incidência espacial, promovidas pela administração central, através de planos sectoriais”;
- iv) “Os PEOT prevalecem sobre os PIMOT, quando existam, e sobre os PMOT”.

Os PMOT estão na base da hierarquia dos instrumentos de gestão territorial, tendo que acautelar todas as directrizes dos planos de hierarquia superior (PNPOT, planos sectoriais e PROT).

## Enquadramento Geográfico

O município de Lagos localiza-se no extremo sul de Portugal Continental, na região NUT II Algarve. Lagos é uma das cidades mais importantes do sistema urbano do Barlavento Algarvio juntamente com Portimão, Lagoa e Silves. O município lacobrigense tem uma área de 213,92 km<sup>2</sup> e divide-se em 6 freguesias – Barão de São João, Bensafirim, Luz, Odiáxere, Santa Maria e São Sebastião. O município é limitado a norte por Monchique, a leste por Portimão, a oeste pela Vila do Bispo e a noroeste por Aljezur. A sul, o município de Lagos é banhado pelo Oceano Atlântico, com cerca de 17 km de costa. O município de Lagos apresenta as características típicas da maioria dos municípios algarvios, com um litoral urbanizado e o interior pouco povoado, com excepção de duas sedes de freguesia – Barão de São João e Bensafirim.

**Nota:** Na maioria dos quadros estatísticos foi comparado o município de Lagos com os outros municípios do sistema urbano do Barlavento (Lagoa, Portimão e Silves) e não com os municípios mais próximos geograficamente (Aljezur e Vila do Bispo), devido às grandes diferenças – população, taxas de actividade e desemprego, índice de envelhecimento, entre outros – entre estes últimos e Lagos.



**Figuras 2, 3 e 4** – Enquadramento do município de Lagos, no Algarve e em Portugal Continental

### Caracterização da População

**Figura 5** - População residente nos municípios do Algarve, 2001 e 2008

	2001	2008	Variação 2001-08 (%)
Albufeira	31783	38966	22,60
Alcoutim	3624	3104	-14,35
Aljezur	5180	5323	2,76
Castro Marim	6440	6472	0,50
Faro	57242	58698	2,54
Lagoa	20571	24875	20,92
<b>Lagos</b>	<b>25199</b>	<b>28890</b>	<b>14,65</b>
Loulé	58820	65444	11,26
Monchique	6748	6024	-10,73
Olhão	40253	44319	10,10
Portimão	44368	49881	12,43
S. B. Alportel	10055	12569	25,00
Silves	33240	36165	8,80
Tavira	24468	25394	3,78
Vila do Bispo	5200	5421	4,25
V. R. S. António	17742	18539	4,49
ALGARVE	390933	430084	10,00
PORTUGAL CONT.	9851424	10135309	2,88

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

À data do último Recenseamento Geral da População (2001), o município de Lagos tinha 25199 habitantes, cerca de 6,4% da população total do Algarve. O município de Lagos era o 7º com mais população na região. As estimativas mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (2008) vêm confirmar a tendência de crescimento da população verificada na década de 90 em toda a região. Entre 2001 e 2008, a população algarvia aumentou 10%, passando de 390 mil habitantes para 430 mil. Apenas os municípios de Alcoutim e de Monchique viram o seu efectivo populacional decrescer. O município de Lagos conseguiu crescer acima da média do Algarve, aumentando a sua população em cerca de 14,6%, o 4º valor mais elevado da região (só superado por S. B. de Alportel, Albufeira e Lagoa). Em 2008, segundo o INE, no município de Lagos residiam 28890 habitantes, sendo ainda o 7º município com mais habitantes na região. O peso da população do município na região aumentou ligeiramente, tendo em 2008, cerca de 6,7% da população total do Algarve. Em comparação com

Portugal Continental, o município de Lagos e a região do Algarve tiveram um crescimento muito acima da média.

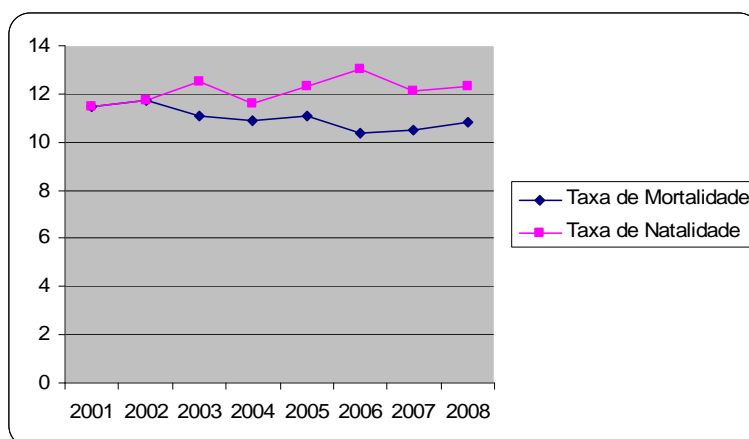
**Figura 6 - População residente nas freguesias do município de Lagos, 1991 e 2001**

	1991	2001	Varição 91-01 (%)
Barão de São João	840	804	-4,3
Bensafrim	1417	1533	8,2
Luz	2523	3068	21,6
Odiáxere	2368	2522	6,5
Santa Maria	4249	6440	51,6
São Sebastião	10129	11031	8,9
<b>Lagos (sede de município)</b>	<b>21526</b>	<b>25199</b>	<b>17,0</b>

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Entre 1991 e 2001, apenas a freguesia de Barão de São João perdeu população no município de Lagos. Todas as outras aumentaram o seu contingente populacional, com destaque para as freguesias de Santa Maria (51,6%) e Luz (21,6%). Nas freguesias que constituem o aglomerado de Lagos (Santa Maria e São Sebastião), juntamente com o Chinicato, residiam em 2001, cerca de 70% da população total do município lacobrigense.

**Figura 7 - Taxas de Mortalidade e de Natalidade, no município de Lagos, entre 2001 e 2008 (os valores do eixo das ordenadas estão em permilagem)**



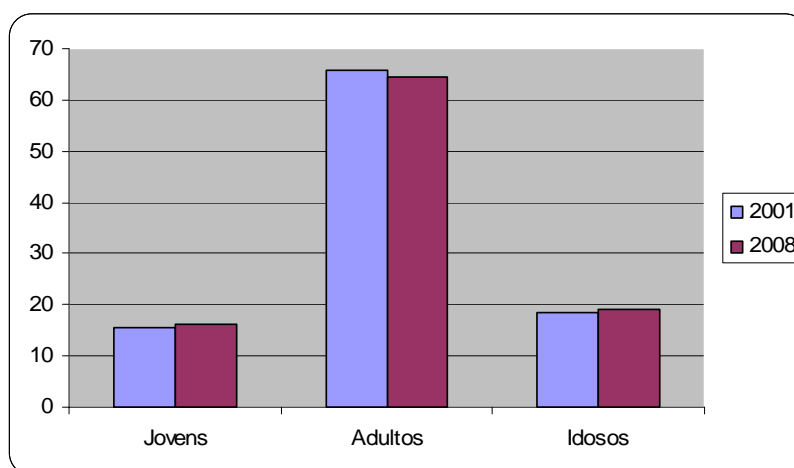
**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Os dados mais recentes sobre as taxas de mortalidade e de natalidade mostram que houve mais nascimentos que mortes no município de Lagos, havendo um crescimento natural positivo no

concelho. Apenas nos anos de 2001 e 2002 aconteceu uma igualdade nos valores das taxas de mortalidade e de natalidade, sendo o saldo natural nulo. A partir de 2003, a taxa de natalidade foi sempre superior à taxa de mortalidade, variando entre 0,7 pontos percentuais (2004) e 2,6 pontos percentuais (2006).

Desde 2001, que o município de Lagos tem tido sempre taxas de natalidade superiores à região do Algarve e a Portugal Continental, com exceção do ano de 2004 em relação à região. Em relação à taxa de mortalidade, o município lacobrigense apresenta valores mais baixos do que a região do Algarve, para todos os anos, no entanto, em relação a Portugal Continental o cenário é o contrário.

**Figura 8** - População do município de Lagos dividida por escalões etários, nos anos de 2001 e 2008  
(em percentagem)



**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Através deste quadro, pode-se observar que entre 2001 e 2008, o peso dos jovens e dos idosos aumentou no município de Lagos. Em contrapartida, o peso da população adulta diminuiu. Realçar, tal como o que se verifica em quase todos os municípios da região (Albufeira é a exceção), que o número de idosos é superior ao número de jovens. Em comparação com a região, verifica-se a mesma tendência neste período de tempo, ou seja, o peso dos jovens e idosos aumentou em relação ao peso da população adulta. Apesar de, em termos absolutos, o contingente de cada escalão etário ter aumentado. Em comparação com Portugal Continental, o município de Lagos apresenta uma maior percentagem de jovens e de idosos, enquanto que a percentagem de adultos é mais elevada em Portugal Continental.

**Figura 9 - Índice de Envelhecimento, 1991, 2001 e 2008**

	1991	2001	2008
Lagoa	76	96	111
<b>Lagos</b>	<b>93</b>	<b>115</b>	<b>117</b>
Portimão	82	116	101
Silves	121	174	170
ALGARVE	97	128	124
PORTUGAL CONT.	73,5	106,5	118,1

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Em 1991, o município de Lagos, bem como a região do Algarve, tinha maior número de população jovem do que idosa, no entanto, ao longo da década de 90 (e tal como se verificou em todo o país), o número de idosos foi aumentando mais do que o número de jovens. O resultado foi que em 2001, o índice de envelhecimento já era de 115 em Lagos e 128 no Algarve. Entre 2001 e 2008, houve diminuição no índice de envelhecimento do município de Portimão e no Algarve, no entanto, em Lagos, o índice de envelhecimento aumentou dois valores, fixando-se nos 117 idosos por cada 100 jovens. O município de Lagos apresenta uma evolução semelhante à registada em Portugal Continental, com um aumento gradual do índice de envelhecimento. No entanto, em Portugal Continental, entre 1991 e 2008, o aumento foi mais elevado.

**Figura 10 - Índice de Dependência da população, 2001 e 2008**

	Índice de Dep. dos Jovens		Índice de Dep. dos Idosos		Índice de Dep. Total	
	2001	2008	2001	2008	2001	2008
<b>Lagos</b>	<b>23,6</b>	<b>25,3</b>	<b>28,1</b>	<b>29,6</b>	<b>51,7</b>	<b>54,9</b>
ALGARVE	21,7	23,4	27,8	29,0	49,5	52,4
PORTUGAL CONT.	23,2	22,6	24,7	26,7	47,9	49,3

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Entre 2001 e 2008, o índice de dependência total no município de Lagos aumentou, passando de 51,7 para 54,9. As causas para esta subida devem-se ao aumento do número de jovens e de idosos. No mesmo período de tempo, o índice de dependência total também aumentou no Algarve, no entanto, a região apresenta um valor inferior ao do município de Lagos. O índice de dependência total a nível



nacional também registou um aumento, no entanto deveu-se apenas ao aumento do índice de dependência dos idosos, já que o dos jovens diminuiu.

**Figura 11** - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por local de residência, em 1991 e 2001

	<b>1991</b>	<b>2001</b>
Barão de São João	12,74	29,23
Bensafrim	7,55	7,57
Luz	11,65	23,79
Odiáxere	2,53	7,69
Santa Maria	2,99	6,72
São Sebastião	2,08	4,92
<b>Lagos (sede de município)</b>	<b>4,21</b>	<b>8,86</b>
ALGARVE	2,52	6,07
PORTUGAL CONT.	1,06	2,29

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Como município de vocação turística que é, Lagos, tem tendência a atrair residentes de outros países. Uns procuram aproveitar o excelente clima para gozar as suas reformas, outros vêm à procura de trabalho, devido às características da região, nomeadamente ao forte sector da construção civil e do alojamento e restauração. Em 1991, apenas 4,21% da população do município de Lagos tinha nacionalidade estrangeira, no entanto, em apenas dez anos esse valor passou para os 8,86%. Actualmente estima-se que esse valor já tenha ultrapassado os 10%, no entanto, não existem dados disponíveis. Entre as freguesias, destacam-se a de Barão de São João, com 29,23% e a Luz com 23,79% da população residente com nacionalidade estrangeira. No entanto, enquanto a freguesia da Luz apresenta uma grande vocação turística, atraindo indivíduos de outras nacionalidades mais jovens, a freguesia do Barão de São João, mais rural e agrícola, atrai estrangeiros que vêm gozar a sua reforma ou que vêm trabalhar para o campo.

O município de Lagos apresentava, em 2001, uma população de nacionalidade estrangeira superior à média da região e de Portugal Continental.

**Figura 12** - Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutra município (%) por local de residência, em 1991 e 2001

	1991	2001
Barão de São João	5,74	9,40
Bensafrim	6,28	10,97
Luz	6,36	10,76
Odiáxere	12,06	16,80
Santa Maria	9,68	12,05
São Sebastião	5,70	11,18
<b>Lagos</b>	<b>7,28</b>	<b>11,85</b>
Aljezur	9,04	16,57
Portimão	8,01	12,35
Vila do Bispo	11,78	21,47
ALGARVE	12,75	19,17

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Através deste quadro, pode-se concluir que o número de pessoas que trabalhavam e residiam no mesmo município diminuiu entre 1991 e 2001. Com o aumento da taxa de motorização e da oferta e qualidade dos transportes, o número de movimentos entre os municípios tenderia a aumentar, o que se verificou no Algarve. Analisando os dados estatísticos para os municípios com mais interações com Lagos – Aljezur, Portimão e Vila do Bispo – chegou-se à conclusão que o número de pessoas que trabalhavam e residiam em Lagos, no ano de 2001, era superior ao verificado nos municípios limítrofes. Isto apesar do município de Portimão ser um dos principais pólos geradores de emprego do Barlavento Algarvio. O município de Lagos conseguiu, em 2001, atrair população de Aljezur (essencialmente da freguesia de Aljezur), Portimão (essencialmente da freguesia da Mexilhoeira Grande) e Vila do Bispo (essencialmente das freguesias de Budens e Barão de São Miguel). Pelo contrário, a freguesia de Odiáxere, no município de Lagos, era aquela onde mais residentes trabalhavam ou estudavam fora do município, sendo atraídas essencialmente para o município vizinho de Portimão.

**Figura 13 - Taxa de Analfabetismo, 1991 e 2001**

	1991	2001
Lagoa	10,6	9,5
<b>Lagos</b>	<b>13,3</b>	<b>9,6</b>
Portimão	11,8	8,8
Silves	18,6	13,7
ALGARVE	14,2	10,4
PORTUGAL CONT.	10,9	8,9

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Verifica-se uma evolução positiva da taxa de analfabetismo em todos os territórios em análise. Tal como o que se verificou em quase todo o país, a taxa de analfabetismo no município de Lagos diminuiu no período inter-censitário, passando de 13,3% em 1991, para 9,6% em 2001. No município de Lagos houve a 2ª maior diminuição da taxa de analfabetismo, logo a seguir ao município de Silves. Apesar da grande diminuição do número de analfabetos, o município de Lagos, em 2001, ainda apresentava uma taxa de analfabetismo superior a Portugal Continental.

**Figura 14 - Nível de Instrução da população, em 2001**

	Sem nível de ensino	1º ciclo (x)	2º ciclo (x)	3º ciclo (x)	Ensino Secundário (x)	Ensino Médio (x)	Ensino Superior (x)
Lagoa	13,9	32,9	11,7	13,5	19,8	0,7	7,6
<b>Lagos</b>	<b>14,9</b>	<b>32,6</b>	<b>11,1</b>	<b>11,7</b>	<b>19,4</b>	<b>1,0</b>	<b>9,2</b>
Portimão	13,9	31,5	10,7	13,0	19,8	0,9	10,3
Silves	17,3	36,7	10,5	12,3	16,3	0,6	6,3
ALGARVE	14,9	34,5	10,9	11,8	18,0	0,7	9,2

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

**x** – Cada categoria diz respeito à população que concluiu, está a frequentar ou não completou o nível de ensino respectivo.

Como se pode observar, em todos os municípios a população que possui apenas o 1º ciclo ultrapassa os 45% do total de população. No município de Lagos, cerca de 15% da população não tem qualquer nível de ensino, enquanto que 32,6% apenas tem o 1º ciclo. Mesmo com estes resultados negativos, o município consegue estar melhor colocado que a média regional (34,5% com 1º ciclo e 14,9% sem qualquer nível de ensino). No sistema urbano do Barlavento Algarvio, o município de Silves é o que apresenta os piores resultados, fruto de grande parte do município ter características rurais. No total, são 54% da população com, pelo menos, o 1º ciclo. Os resultados do 2º e 3º ciclos são bastante aproximados entre todos os municípios. Em relação ao Ensino Secundário, o município de Lagos

apresenta uma percentagem superior à região e ligeiramente inferior aos municípios de Lagoa e Portimão. Quanto à população com o Ensino Superior, o município de Lagos apresenta o mesmo resultado que o Algarve, sendo apenas inferior ao valor registado pelo município de Portimão.

**Figura 15 - Taxa de Actividade e Taxa de Desemprego em 2001 (%)**

	<b>Taxa de Actividade – Total</b>	<b>Taxa de Actividade Feminina</b>	<b>Taxa de Desemprego – Total</b>	<b>Taxa de Desemprego Feminina</b>
Lagoa	51,9	45,9	6,5	8,8
<b>Lagos</b>	<b>49,0</b>	<b>43,7</b>	<b>5,5</b>	<b>7,2</b>
Portimão	51,3	46,1	7,4	8,9
Silves	46,7	39,6	5,4	8,1
ALGARVE	48,7	42,4	6,2	8,1
PORTUGAL CONT.	48,4	42,3	6,8	n. d.

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

O município de Lagos, em 2001, apresentava uma taxa de actividade ligeiramente superior à média da região do Algarve (49,0% e 48,7%, respectivamente). Entre os municípios em análise, só Silves (46,7%) é que apresentava uma taxa de actividade inferior a Lagos. A taxa de actividade feminina apresentava as mesmas características da taxa de actividade total, ou seja, o município de Lagos tinha um valor superior à região e a Silves, mas inferior aos restantes municípios. Em todos os municípios, a taxa de actividade feminina era inferior à taxa de actividade masculina.

Em relação à taxa de desemprego, o município de Lagos, em 2001, apresentava um valor de 5,5%, bastante inferior ao dos outros municípios em análise, com a excepção de Silves (5,4%). O município de Lagos também tinha vantagem em relação à região do Algarve (6,2%). A taxa de desemprego feminina no município de Lagos (7,2%) apresentava valores inferiores a todos os territórios em análise. O desemprego feminino também era superior ao desemprego masculino. Em comparação com Portugal Continental, o município de Lagos apresentava uma taxa de actividade superior e uma taxa de desemprego inferior, em 2001.

**Figura 16 - Caracterização do emprego, 2001**

	Lagoa	Lagos	Portimão	Silves	ALGARVE
Empregador	1289 (12,9%)	<b>1575 (13,4%)</b>	2503 (11,8%)	1867 (12,5%)	22382 (12,4%)
Trabalhador Conta Própria	704 (7,0%)	<b>928 (7,9%)</b>	1441 (6,8%)	1367 (9,1%)	15433 (8,6%)
Trabalhador Familiar Não Remunerado	42 (0,4%)	<b>52 (0,4%)</b>	93 (0,4%)	117 (0,8%)	1046 (0,6%)
Trabalhador Conta de Outrem	7878 (78,7%)	<b>9104 (77,4%)</b>	17045 (80,1%)	11501 (77,0%)	139796 (77,5%)
Outra Situação	95 (0,9%)	<b>104 (0,9%)</b>	196 (0,9%)	93 (0,6%)	1738 (1,0%)
Total	10008	<b>11763</b>	21278	14945	180395

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

O município de Lagos, em 2001, tinha o maior valor percentual dos territórios em análise, no número de empregadores (13,4%). Por sua vez, em 2001, o município de Lagos tinha o valor percentual mais baixo na categoria dos trabalhadores por conta de outrem (77,4%). Em relação aos trabalhadores por conta própria, o município de Lagos, em 2001, apresentava um valor abaixo da média regional, bem como do município de Silves.

**Figura 17 - Caracterização do Desemprego, 2001**

	Procura 1º emprego	Procura de novo emprego	Total
Lagoa	115 (16,4%)	585 (83,6%)	700
<b>Lagos</b>	<b>99 (14,6%)</b>	<b>581 (85,4%)</b>	<b>680</b>
Portimão	250 (14,6%)	1462 (85,4%)	1712
Silves	117 (13,8%)	729 (86,2%)	846
ALGARVE	2160 (18,1%)	9793 (81,9%)	11953

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Dos 680 desempregados do município de Lagos em 2001, 99 (14,6%) estavam à procura do 1º emprego, enquanto que os restantes 85,4% estavam à procura de novo emprego. Comparando com a região, o município de Lagos apresenta maiores valores percentuais na categoria dos desempregados à procura de novo emprego (85,4%, contra 81,9% da região).

### Caracterização Económica

**Figura 18 - Índice do Poder de Compra, 2002 e 2005 (Portugal =100)**

	<b>2002</b>	<b>2005</b>	<b>Variação 2002-05 (%)</b>
Albufeira	129,60	138,17	6,61
Alcoutim	40,13	48,92	21,90
Aljezur	68,69	69,35	0,96
Castro Marim	71,33	83,28	16,75
Faro	139,05	144,87	4,19
Lagoa	97,08	100,33	3,35
<b>Lagos</b>	<b>118,11</b>	<b>124,29</b>	<b>5,23</b>
Loulé	120,64	122,98	1,94
Monchique	52,68	56,22	6,72
Olhão	85,58	93,65	9,43
Portimão	132,87	124,36	-6,40
SB Alportel	78,79	84,53	7,29
Silves	81,59	84,30	3,32
Tavira	83,72	93,70	11,92
Vila do Bispo	76,98	75,32	-2,16
V. R. S. António	104,38	106,52	2,05
ALGARVE	108,78	112,98	3,86

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Em relação ao Índice de Poder de Compra, verifica-se que entre 2002 e 2005, os valores aumentaram em praticamente toda a região, com Lagos a passar de 118,11 para 124,29. O município de Lagos, em 2005, encontrava-se acima da média nacional e da média regional, sendo o 4º município do Algarve com o Índice de Poder de Compra mais elevado.

**Figura 19 - Número de Empresas em 2001**

Escalão da CAE	Lagoa	Lagos	Portimão	Silves	ALGARVE	PORTUGAL
<b>Total</b>	2994	<b>3704</b>	6275	4345	55226	1110490
<b>A+B</b>	208	<b>230</b>	296	837	6065	87241
<b>C</b>	4	<b>0</b>	2	0	59	2062
<b>D</b>	136	<b>160</b>	242	265	2632	117386
<b>E</b>	0	<b>0</b>	2	2	11	372
<b>F</b>	741	<b>736</b>	1059	777	10634	187597
<b>G</b>	840	<b>1136</b>	2188	1316	17346	385465
<b>H</b>	502	<b>727</b>	1114	601	8622	97114
<b>I</b>	56	<b>73</b>	145	77	1176	32821
<b>J</b>	46	<b>70</b>	184	69	1229	37556
<b>K</b>	338	<b>411</b>	645	224	4816	108278
<b>L a Q</b>	123	<b>161</b>	398	177	2636	54598

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

**Figura 20 - Número de Empresas em 2007**

Escalão da CAE	Lagoa	Lagos	Portimão	Silves	ALGARVE	PORTUGAL
<b>Total</b>	3143	<b>4277</b>	7273	3800	58251	1101681
<b>B</b>	41	<b>87</b>	59	43	1460	5159
<b>C</b>	5	<b>1</b>	2	3	56	1501
<b>D</b>	157	<b>188</b>	252	248	2760	94639
<b>E</b>	2	<b>3</b>	2	0	16	756
<b>F</b>	485	<b>574</b>	913	604	8304	122487
<b>G</b>	776	<b>964</b>	1828	1104	14688	299115
<b>H</b>	469	<b>617</b>	1068	545	7715	89799
<b>I</b>	58	<b>73</b>	157	66	1202	29041
<b>K</b>	627	<b>1008</b>	1425	601	11489	229696
<b>M</b>	97	<b>188</b>	364	130	2600	61734
<b>N</b>	166	<b>224</b>	580	146	3073	79502
<b>O</b>	260	<b>350</b>	623	310	4888	88252

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Nota: A e J não disponíveis

Entre 2001 e 2007, o número de empresas sediadas no município de Lagos aumentou cerca de 15%, com um aumento absoluto de 573 empresas. Nos municípios vizinhos de Portimão e Lagoa também houve um aumento do número de empresas, tal como em toda a região. Pelo contrario no país e em

Silves o número de empresas diminuiu, no entanto, não estão contabilizadas as empresas da CAE A e J, o que pode levar a alguma adulteração dos números.

**Figura 21** - Empresas por escalão de pessoal ao serviço em 2007

	Menos de 10 (%)	10-49 (%)	50-249 (%)	250 e mais (%)	total
Lagoa	2988 (95,07)	143 (4,55)	11 (0,35)	1 (0,03)	3143
<b>Lagos</b>	<b>4100 (95,87)</b>	<b>163 (3,81)</b>	<b>14 (0,33)</b>	<b>0 (0,00)</b>	<b>4277</b>
Portimão	6947 (95,52)	295 (4,06)	28 (0,38)	3 (0,04)	7273
Silves	3665 (96,45)	127 (3,34)	7 (0,18)	1 (0,03)	3800
ALGARVE	55863 (95,90)	2175 (3,73)	196 (0,34)	17 (0,03)	58251
PORTUGAL	1051195 (95,42)	43443 (3,94)	6124 (0,56)	919 (0,08)	1101681

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Através deste quadro pode-se observar que o município de Lagos apresenta uma elevada quantidade de pequenas e médias empresas, com menos de 10 pessoas empregues (quase 96%). Esta situação segue a tendência nacional e regional, pois todos os territórios em análise apresentam mais de 95% de empresas com menos de 10 trabalhadores. No entanto, os casos de Lagos e de Silves são os mais preocupantes, pois ambos os municípios tem uma menor percentagem de empresas que empregam entre 10 e 249 trabalhadores. O fraco tecido empresarial existente no município de Lagos também pode ser confirmado pela inexistência de qualquer empresa que tenha um quadro de pessoal superior a 250 trabalhadores.



**Figura 22** - Quociente de Localização – Pessoal ao serviço nas empresas em 2007

Escalão da CAE	Algarve	Portugal
A – Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	n.d.	n.d.
B – Pesca	0,89	4,19
C – Industrias Extractivas	n.d.	n.d.
D – Industrias Transformadoras	n.d.	n.d.
E – Produção e distribuição de electricidade, gás e água	n.d.	n.d.
F – Construção	1,17	1,68
G – Comercio por grosso e a retalho	0,83	0,84
H – Alojamento e restauração	1,01	2,68
I – Transportes, armazenagem e comunicações	0,51	0,32
J – Actividades financeiras	n.d.	n.d.
K – Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados as empresas	1,22	1,05
M – Educação	1,01	0,90
N – Saúde e acção social	0,67	0,50
O – Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	1,18	1,66

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

**n.d.** – Não disponível

Em comparação com o Algarve, o município de Lagos apresenta uma especialização no pessoal ao serviço das empresas no sector da construção, alojamento/restauração, actividades imobiliárias, educação e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais. Em relação a Portugal, Lagos apresentam uma elevada especialização no sector das pescas e alojamento/restauração e uma especialização no sector da construção, actividades imobiliárias e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais.

**Figura 23** - Quociente de Localização – Volume da Vendas das empresas em 2007

Escalão da CAE	Algarve	Portugal
A – Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	n.d.	n.d.
B – Pesca	1,41	8,62
C – Industrias Extractivas	n.d.	n.d.
D – Industrias Transformadoras	n.d.	n.d.
E – Produção e distribuição de electricidade, gás e agua	n.d.	n.d.
F – Construção	1,43	2,88
G – Comercio por grosso e a retalho	0,77	0,78
H – Alojamento e restauração	0,98	4,35
I – Transportes, armazenagem e comunicações	0,26	0,15
J – Actividades financeiras	n.d.	n.d.
K – Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados as empresas	1,50	2,42
M – Educação	0,95	1,12
N – Saúde e acção social	0,48	0,53
O – Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	1,14	1,92

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

**n.d.** – Não disponível

Quanto ao volume de vendas e em relação a região onde esta inserido, o município de Lagos apresenta uma especialização no sector das pescas, da construção, nas actividades imobiliárias e em outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais. O sector da educação e do alojamento/restauração apresentam valores semelhantes de especialização em relação ao Algarve. Em comparação com Portugal, o município de Lagos apresenta uma especialização muito elevada no sector das pescas e do alojamento/restauração e elevada no sector da construção e actividades imobiliárias. O sector da educação e das outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais também apresentam uma especialização em relação ao país.

O município de Lagos caracteriza-se pelo elevado peso do sector terciário nas suas actividades, com destaque para o alojamento, restauração e actividades imobiliárias. O sector secundário é dominado pela construção, já que o peso das industrias transformadoras é praticamente inexistente (apesar de não existirem dados para o volume de vendas e pessoal empregue). No sector primário, não existem dados

para a agricultura, no entanto, as actividades relacionadas com a pesca ainda tem um peso importante na economia local.

Através destes dados percebe-se a importância que o Turismo tem para o município, pois todas as actividades com maior especialização estão directa ou indirectamente ligadas as actividades turísticas.

**Figura 24 - Estabelecimentos Hoteleiros por municípios, 2002 e 2007**

	Lagoa		Lagos		Portimão		Silves		ALGARVE	
	2002	2007	2002	2007	2002	2007	2002	2007	2002	2007
Hotéis	6	7	7	8	14	13	3	3	79	91
Pensões	2	2	13	10	18	12	1	1	103	90
Outros	27	22	17	21	26	26	6	6	246	234
Total	35	31	37	39	58	51	10	10	428	415

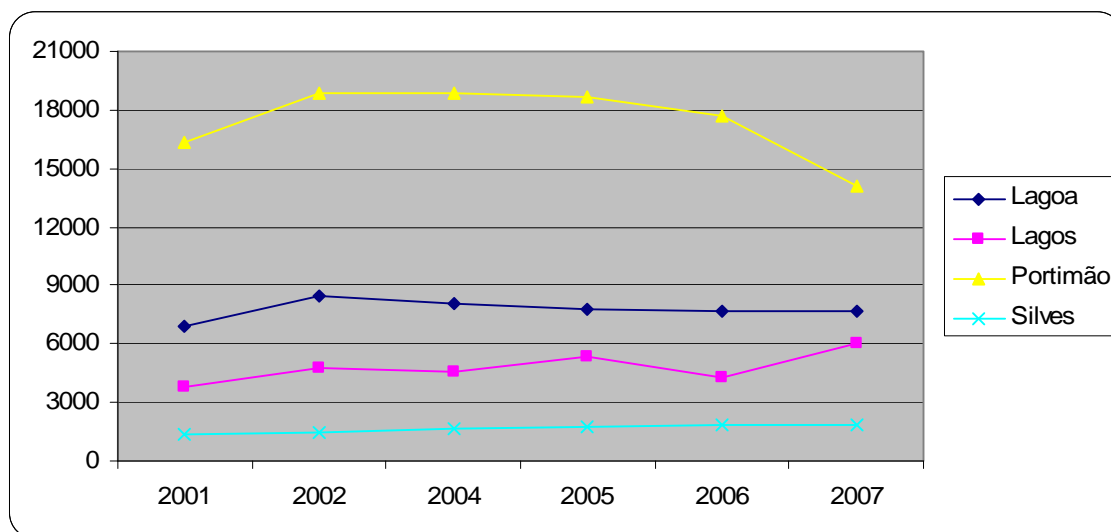
**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

**Outros** – Hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, motéis, estalagens e pousadas.

Entre 2002 e 2007, o número de hotéis aumentou em Lagos, o mesmo se verificando na região do Algarve. Enquanto isso, o número de pensões diminuiu neste período, quer em Lagos, quer na região. Os outros estabelecimentos hoteleiros também aumentaram no mesmo período, no município de Lagos, não sucedendo o mesmo na região do Algarve. Em comparação com os municípios que compõem o sistema urbano do Barlavento, só Portimão apresenta uma maior oferta de estabelecimentos hoteleiros.

Em 2007, cerca de 9% dos estabelecimentos hoteleiros da região, estavam instalados no município de Lagos.

Estes dados conferem o que vem diagnosticado no PROTAL, ou seja, a necessidade de elevar o turismo de qualidade (através do aumento de hotéis de 4-5 estrelas) e diversificar a oferta hoteleira (mais aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos e hotéis-apartamentos).

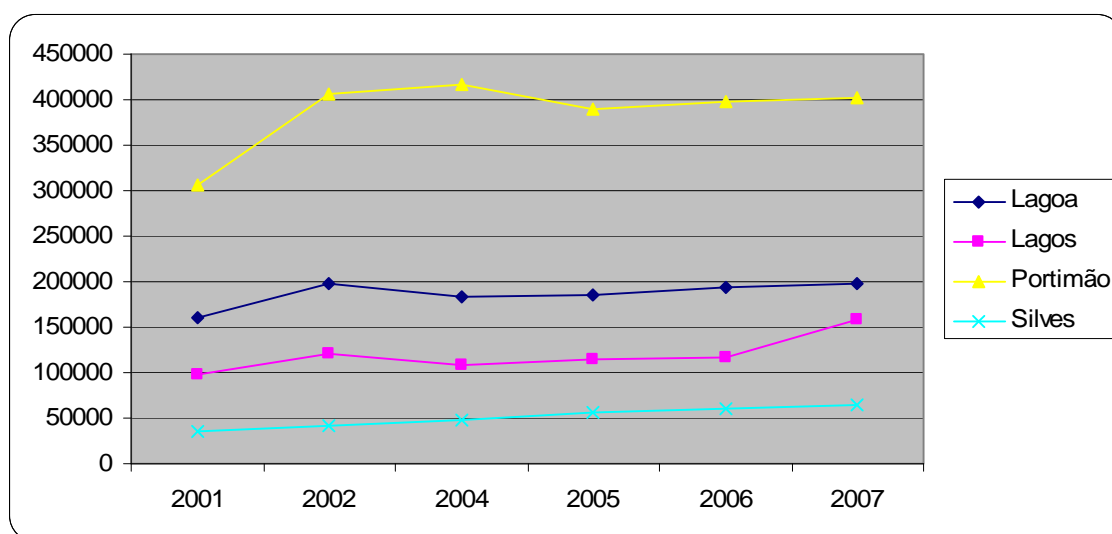
**Figura 25** - Capacidade de Alojamento (nº de camas), entre 2001 e 2007

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

A capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros algarvios sofreu várias flutuações entre 2001 e 2007. Apenas no município de Silves é que se verificou um aumento gradual do número de camas, no entanto, a capacidade de alojamento deste município ainda se encontra bastante distante dos outros. No município de Lagos, houve um aumento da oferta de camas entre 2001 e 2002, depois uma diminuição entre 2002 e 2004. Entre 2004 e 2005, a oferta de camas voltou a aumentar, no entanto no ano seguinte voltou a descer. No último período (entre 2006 e 2007), o número de camas teve o seu maior aumento, fixando-se em cerca de 6000 camas.

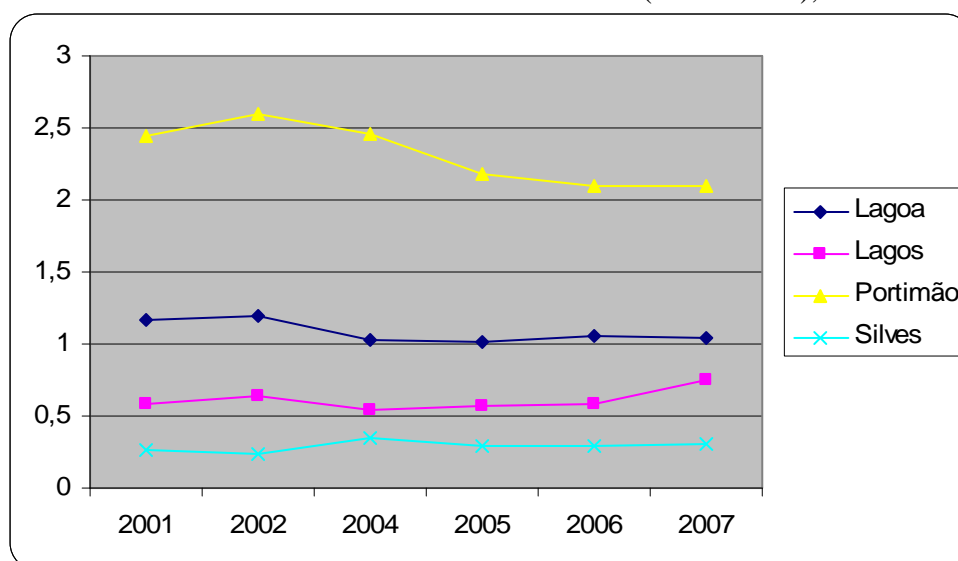
Apesar do município de Lagos ter mais estabelecimentos hoteleiros que Lagoa, este último tem uma capacidade de alojamento superior, no entanto, desde 2002, o número de camas tem vindo a diminuir gradualmente. No sistema urbano do Barlavento, o município com maior disponibilidade de alojamento é Portimão, no entanto, entre 2004 e 2007, perdeu cerca de 4000 camas.

O peso do número de camas do município de Lagos no Algarve aumentou entre 2001 e 2007, passando de 4,4% para 6,2%.

**Figura 26** - Número de Hóspedes entrados em Estabelecimentos Hoteleiros, entre 2001 e 2007

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

O número de hóspedes que deram entrada em estabelecimentos hoteleiros, entre 2001 e 2007, teve um grande aumento em toda a região. Em 2001, deram entrada em estabelecimentos hoteleiros no Algarve, cerca de 1,95 milhões de turistas, enquanto que em 2007 foi registado um número de 2,95 milhões, ou seja, em grosso modo, um aumento de 1 milhão de turistas/hóspedes. No município de Lagos registaram-se algumas flutuações, no entanto, a partir de 2004, o número de hóspedes foi sempre aumentando, para se fixar em cerca de 160 mil no ano de 2007. No entanto, o município de Lagos ainda continua atrás de Lagoa (198 mil) e de Portimão (402 mil) no que concerne à entrada de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros.

**Figura 27** - Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros (em milhões), entre 2001 e 2007

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Tal como se verificou com o número de hóspedes, as dormidas em estabelecimentos hoteleiros no município de Lagos sofreram algumas flutuações. No entanto, a partir de 2004, o número de dormidas foi aumentando gradualmente, até sofrer um “boom” em 2007, fixando-se nas 750 mil dormidas. Enquanto isso, o número de dormidas nos municípios de Lagoa e Portimão foram diminuindo entre 2004 e 2007, mas mantêm-se como os principais destinos de turistas do sistema urbano do Barlavento, com cerca de 1 milhão de dormidas (Lagoa, em 2007) e de 2 milhões de dormidas (Portimão, em 2007).

O peso do município de Lagos nas dormidas da região do Algarve é muito pequeno, apesar de ter aumentado de 4,2% para 5,1%, entre 2001 e 2007.

**Figura 28 - Proporção de Hóspedes Estrangeiros (%), entre 2004 e 2007**

	2004	2005	2006	2007
Lagoa	66,2	65,1	68,2	67,5
<b>Lagos</b>	<b>73,0</b>	<b>75,9</b>	<b>77,2</b>	<b>78,6</b>
Portimão	63,3	63,2	63,8	65,9
Silves	62,2	65,7	62,8	55,4
ALGARVE	65,4	65,9	66,3	67,0

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Este quadro demonstra a grande dependência do município de Lagos em relação aos mercados estrangeiros emissores de turistas nos últimos anos. Em 2007, cerca de 79% dos hóspedes em estabelecimentos hoteleiros tinham proveniência do estrangeiro, enquanto que a média da região algarvia se fixava nos 67%. Os municípios de Lagoa e de Portimão estavam próximos da média, enquanto que Silves registava um valor muito abaixo da média regional, com 55% de hóspedes estrangeiros.

**Figura 29 - Proporção de dormidas entre Julho e Setembro (%), entre 2004 e 2007**

	2004	2005	2006	2007
Lagoa	43,2	43,6	44,3	46,0
<b>Lagos</b>	<b>46,8</b>	<b>48,8</b>	<b>46,3</b>	<b>49,8</b>
Portimão	44,6	45,1	48,9	45,1
Silves	28,9	38,5	40,4	40,7
ALGARVE	42,2	42,7	43,3	42,8

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Através deste quadro pode-se observar a existência do fenómeno sazonalidade no turismo da região. No Algarve, cerca de 43% das dormidas ocorrem em apenas 3 meses, sendo que em Lagos esse valor sobe para quase 50%. Esta sazonalidade da procura turística tem-se revelado como um dos pontos fracos da região, levando ao aumento do desemprego nos meses de procura mais baixa e à existência de muitos contratos de trabalho a prazo.

**Figura 30** - Taxa de ocupação-cama (%), entre 2004 e 2007

	2001	2002	2004	2005	2006	2007
Lagoa	49,3	41,7	37,4	38,8	41,9	40,5
<b>Lagos</b>	<b>43,8</b>	<b>43,1</b>	<b>38,8</b>	<b>40,7</b>	<b>46,3</b>	<b>41,4</b>
Portimão	41,3	40,0	38,1	35,2	35,2	43,2
Silves	54,7	45,0	44,7	47,9	45,7	45,3
ALGARVE	44,0	45,6	40,9	42,5	44,2	46,0

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Devido à sazonalidade do turismo, a taxa de ocupação-cama na região raramente ultrapassa os 50%, existindo muitas flutuações entre os valores anuais. A taxa de ocupação-cama no município de Lagos só em 2006 é que foi superior à média do Algarve.

### **Povoamento – Sistema Urbano**

Tal como acontece no Algarve, a população do município de Lagos localiza-se essencialmente na faixa litoral do concelho e no corredor ao longo da Estrada Nacional 125, sendo a cidade de Lagos o principal aglomerado urbano, com cerca de 14 mil habitantes (2001). A cidade de Lagos está, assim, no topo da hierarquia urbana do concelho, concentrando a maioria dos serviços, bem como os serviços mais especializados. É o único lugar no concelho com mais de 2000 habitantes. Como aglomerados de nível 2, encontram-se as vilas de Odiáxere, da Luz (ligada às actividades turísticas e de lazer), Bensafrim e Barão de São João (ambas ligadas às actividades do espaço rural). Mais abaixo na hierarquia urbana e como aglomerados de nível 3 surgem as localidades do Chinicato, Espiche, Almádena, Portelas, Sargaçal, Meia Praia e Burgau (Oriental).

A cidade de Lagos, de acordo com o PROT Algarve, faz parte do sistema urbano do Barlavento Algarvio, juntamente com Portimão, Lagoa e Silves, formando um sistema polinucleado capaz de

equilibrar a região, face ao sistema urbano Loulé-Faro-S. B. Alportel que concentra as instituições públicas e serviços terciários mais importantes do Algarve.

### **Acessibilidades**

O município de Lagos é atravessado em cerca de metade do seu território pela Auto-estrada número 22, a via longitudinal mais importante do Algarve. A Estrada Nacional 125 atravessa todo o concelho, sendo a principal ligação para Sagres (Oeste), para as freguesias da Luz e Odiáxere e para a freguesia da Mexilhoeira Grande (Portimão). A Estrada Nacional 120 faz a ligação com a freguesia de Bensafrim, seguindo depois para Aljezur.

O município de Lagos também está integrado no sistema ferroviário, possuindo uma estação ferroviária (Lagos) e um apeadeiro (Meia Praia) no Ramal de Lagos (Linha do Algarve). A cidade está assim ligada à rede ferroviária nacional, possuindo ligações acessíveis a Lisboa e ao Porto.

Em termos de acessibilidades aéreas, Lagos fica a cerca de 70 km do Aeroporto Internacional de Faro. No município de Lagos existe um aeródromo, no entanto, este é utilizado apenas para fins de lazer ou desporto. Em plano já está o novo Aeródromo Regional do Barlavento Algarvio, desenvolvido em conjunto pelos municípios de Lagos e Portimão e que possibilitará a utilização do mesmo pelas companhias low-cost.

Nas acessibilidades marítimas, a cidade de Lagos possui uma marina para barcos de recreio, no entanto, não existe qualquer infra-estrutura para servir barcos de outra dimensão (como existe em Portimão, por exemplo).

### **Proiecção Demográfica**

No âmbito do PROTAL foram elaborados dois cenários de evolução demográfica para os municípios da região do Algarve. O Cenário 1 tem como pressupostos manter o valor constante das três taxas (taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de migração) até 2031. Este cenário levará a valores futuros de população máximos, devido ao valor da taxa de migração a utilizar para a projecção ser dos mais elevados de sempre na região. O Cenário 2 levará a valores futuros de população mínimos, devido à taxa de migração ter tendência a ir para o valor zero. A taxa de natalidade e taxa de mortalidade mantêm-se constantes.



**Figura 31 - Cenário 1**

	2001	2011	2021	2031	Variação 2001-2031 (%)
Lagoa	20.651	31.351	45.674	64.559	212,6
<b>Lagos</b>	<b>25.398</b>	<b>33.435</b>	<b>42.640</b>	<b>53.174</b>	<b>109,4</b>
Portimão	44.818	57.767	71.776	87.108	94,4
Silves	33.830	43.217	53.456	64.899	91,8
ALGARVE	395.218	494.314	597.798	705.600	78,5

**Fonte:** Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

De acordo com este cenário, a população na região do Algarve irá aumentar cerca de 79%, no período de 2001 a 2031, passando a contabilizar 705 mil habitantes. O município de Lagos iria ser o 2º que mais crescia do quadro em análise (Lagoa crescerá a um ritmo aceleradíssimo), passando a ter o dobro dos habitantes em apenas 30 anos. Ao verificar-se este cenário, iria trazer consequências negativas para o território, já que actualmente se pode observar um elevado índice de ocupação do litoral. Com este cenário, a ocupação ainda iria ser maior, levando a grandes aumentos de perímetros urbanos, desafecção de áreas de REN e RAN e congestionamento do litoral na época alta de procura turística.

**Figura 32 - Cenário 2**

	2001	2011	2021	2031	Variação 2001-2031 (%)
Lagoa	20.651	25.858	29.078	27.815	34,7
<b>Lagos</b>	<b>25.398</b>	<b>29.258</b>	<b>31.200</b>	<b>29.759</b>	<b>17,2</b>
Portimão	44.818	51.483	54.797	52.711	17,6
Silves	33.830	37.282	37.869	34.171	1,0
ALGARVE	395.218	441.616	459.193	431.937	9,3

**Fonte:** Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

Neste segundo cenário, o crescimento populacional será bastante reduzido, não chegando nem aos 10% na região do Algarve, nem aos 20% nos municípios de Lagos e Portimão. No município de Lagos, a população teria tendência a crescer até 2021, no entanto, a partir daí começava a diminuir, tal como o que se verificaria em todos os municípios em análise.

Um facto que se verifica nos dois cenários será o grande aumento da população idosa, que, segundo as projecções, poderá ser o dobro da população jovem em 2031.

## Planeamento Territorial

### Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

O PNPOT é o grande documento orientador da estratégia de desenvolvimento nacional. Este documento traduz as grandes opções para a organização do território português, definindo também directrizes e orientações para os instrumentos de gestão territorial de nível inferior.

O PNPOT trouxe uma nova abordagem ao ordenamento do território nacional, abrangendo grande parte dos assuntos a que o dizem respeito. Houve também um grande envolvimento dos agentes e da sociedade civil, como nunca se tinha observado no país.

Como refere Rui Alves (2007) em relação ao PNPOT: *“...é de realçar o carácter voluntarista e, ao mesmo tempo, inovador do processo e do documento, que apresenta pela primeira vez uma visão global e sintética sobre o ordenamento do território do continente...”*

O PNPOT constitui, até este momento, o documento estratégico mais importante e aglutinador que foi elaborado sobre o ordenamento do território.

É o PNPOT que enquadra a estratégia de desenvolvimento da região do Algarve, que se encontra mais estruturada e desenvolvida no Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve. Este, por sua vez, representa o quadro de referência estratégico para a elaboração dos PMOT.

O PNPOT define quatro grandes objectivos estratégicos para a região do Algarve:

- *Qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer;*
- *Robustecer e qualificar a economia e promover actividades intensivas em conhecimento;*
- *Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo;*
- *Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável.*

O PNPOT é parte activa na elaboração da estratégia de desenvolvimento dos PROT, dos Planos Sectoriais e dos PEOT, no entanto, não interfere directamente na elaboração dos PMOT. Estes últimos seguem as estratégias e directrizes definidas pelos PROT, Planos Sectoriais e PEOT, que, por sua vez, são orientados pelo PNPOT. Apesar disso, o PNPOT define alguns objectivos específicos para serem

aplicados nos PMOT, em especial nos do município de Lagos, que estão redigidos no Anexo (pag. Xx).

Estes objectivos específicos encontram-se dentro dos objectivos estratégicos, que passo a enunciar, juntamente com a avaliação do que já foi feito no município de Lagos.

**Objectivo Estratégico 1:** *“Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos”.*

Apesar de não existir qualquer área protegida no interior do município de Lagos, este conta com duas áreas referenciadas como Sítios de Importância Comunitária. São elas a Ria de Alvor e a mancha florestal a noroeste da localidade de Barão de São João. A Ria de Alvor (28% da Ria faz parte do município de Lagos), apesar de não ter qualquer plano de protecção e salvaguarda, encontra-se dentro do Plano de Urbanização da Meia Praia, fazendo parte da estrutura ecológica, enquanto que a segunda não tem qualquer plano de contingência, resumindo-se ao que vem referenciado no Plano da Rede Natura e no PROT Algarve. Em matéria de gestão costeira, os cerca de 20 km de costa do município de Lagos estão inseridos no POOC Burgau/Vilamoura, aprovado em 1999, havendo por isso bastantes restrições à urbanização do litoral (com excepção do interior dos perímetros urbanos), nomeadamente em áreas de arribas e de elevado interesse paisagístico. No âmbito da Estratégia Nacional para a Energia, no interior do município de Lagos estão instalados dois parques eólicos, um com uma potência de 50 MW e outro que varia entre os 10 e os 25 MW.

**Objectivo Estratégico 2:** *“Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global”.*

A consolidação do sistema urbano do Barlavento Algarvio revela-se de grande importância para o desenvolvimento da região e a cidade de Lagos representa um desses pólos de desenvolvimento. Como forma de aumentar a competitividade das cidades do Barlavento, está projectada a construção de um centro de investigação dividido em dois pólos (Lagos e Portimão). A cooperação entre os vários municípios do Barlavento também é essencial para construir uma massa crítica que permita reforçar o papel desta região a nível nacional. Para isso, foram criadas a Associação de Municípios das Terras do Infante (Aljezur, Lagos e Vila do Bispo), o Plano Estratégico dos Municípios da Bacia do Rio Arade

(Lagoa, Monchique, Portimão e Silves) e a Associação de Municípios da Ria de Alvor (Lagos e Portimão).

**Objectivo Estratégico 3:** *“Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais”.*

Apesar de não ter PDM aprovado, o município de Lagos apresenta alguns Planos de Urbanização e de Pormenor que garantem a qualificação e coesão urbana dos aglomerados. Para além disso, para as áreas do território sem qualquer PMOT em vigor, o PROT Algarve assegura a restrição da construção dispersa. O sistema de transportes colectivos rodoviários do município de Lagos é bastante recente, com frota moderna e assegura a ligação a todos os aglomerados do município.

**Objectivo Estratégico 4:** *“Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social”.*

O apoio aos idosos, aos jovens e às famílias mais desfavorecidas representa um dos objectivos mais importantes dos governantes locais, tendo para isso que assegurar uma percentagem elevada do orçamento municipal. A Câmara Municipal elaborou um Plano de Desenvolvimento Social, para o período 2007-2009, de cariz estratégico, que pretendia chegar a uma situação social desejável e realista do município de Lagos. O Plano de Desenvolvimento Social estava dividido em 7 eixos estratégicos: Organizações/Qualidade e Comunicação, Emprego e Formação Profissional, Saúde, Educação, Intervenção Social (Imigração, Habitação a custos controlados, Violência doméstica, Segurança e Família), Turismo e Ambiente. A implementação desse plano só terá sucesso se contar com o apoio da Sociedade Civil e das Associações e Instituições Lacobrigenses.

**Objectivo Estratégico 6:** *“Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições”.*

O município de Lagos não apresenta um orçamento participativo, no entanto, para todos os planos elaborados, quer sejam vinculativos ou estratégicos, a população pôde expressar as suas opiniões, dúvidas e recomendações aos governantes locais.

**Nota:** O Objectivo Estratégico 5 não diz respeito aos Planos Municipais.

### **Plano Regional do Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve)**

A Visão descrita pelo PROT Algarve baseia-se na aposta no sector do turismo de alto valor acrescentado, criando novas actividades económicas, modernizar os sectores tradicionais (agricultura, pesca e indústria transformadora) e incentivar o crescimento do sector económico das actividades intensivas em conhecimento, o que permitiria diminuir as assimetrias regionais e salvaguardar os recursos naturais da região.

A Ambição que o PROT Algarve preconiza está assente na seguinte afirmação: *“Uma Região Dinâmica, Competitiva e Solidária no Contexto da Sociedade do Conhecimento.”*

O PROT Algarve define 4 objectivos estratégicos para a concretização da ambição por ele presidida.

- i) Qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer;
- ii) Robustecer e qualificar a economia, promover actividades intensivas em conhecimento;
- iii) Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo;
- iv) Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável.

De acordo com o PROT Algarve *“estabelecidos os objectivos estratégicos e considerando os desafios que a região terá de enfrentar...foram definidas prioridades de actuação.”* Depois de identificadas estas prioridades, prosseguiu-se com a definição de *“grandes opções estratégicas”* (opções territoriais estruturantes), *“em que se baseia a estratégia territorial definida para a região.”*

O PROT Algarve distingue sete opções territoriais estruturantes que seguem os principais objectivos e *“linhas de intervenção estruturantes da organização, ordenamento e desenvolvimento territorial da região.”*

- 1 – ***“Sustentabilidade Ambiental”*** – Relacionado com a protecção e valorização dos recursos naturais;
- 2 – ***“Reequilíbrio Territorial”*** – Relacionado com os objectivos de coesão territorial e desenvolvimento das áreas mais carenciadas da região;
- 3 – ***“Estruturação Urbana”*** – Relacionado com o sistema urbano e a sua articulação com os espaços rurais e a competitividade do território;
- 4 – ***“Qualificação e Diversificação do Turismo”*** – Objectivo essencial de garantir a sustentabilidade do cluster turismo, aumentando a oferta de maior qualidade e maior diversidade de produtos turísticos;
- 5 – ***“Salvaguarda e Valorização do Património Cultural Histórico-Arqueológico”*** – Reconhecimento da existência deste recurso territorial, reabilitando e aproveitando o seu potencial na atracção de outra franja de turistas;

6 – ***“Estruturação das Redes de Equipamentos Colectivos”*** – Constituem-se como os elementos estruturantes da organização do território da região;

7 – ***“Estruturação das Redes de Transportes e Logística”*** – Garantir a competitividade e equilíbrio do território, na inserção nas redes nacional e europeia.

O PROT Algarve, sendo um instrumento de desenvolvimento territorial, reflecte três modelos do território, integrados entre si:

- *“Um modelo territorial regional”*;
- *“Um modelo de salvaguarda e valorização dos recursos naturais, do ambiente e da biodiversidade”*;
- *“Um modelo de estruturação da economia regional.”*

Para a realização destes modelos e à luz dos quatro objectivos estratégicos, foram definidos 6 eixos de intervenção:

***“1) Criar condições de qualificação e diversificação do turismo.”***

O PROT Algarve incentiva a uma aposta por parte dos agentes económicos na qualificação e diversificação do cluster turismo/lazer, evoluindo a partir do produto sol/praias, como forma de aumentar a competitividade e sustentabilidade do mesmo. Deverá ter-se em conta a valorização paisagística, urbanística e do património cultural.

***“2) Qualificar o espaço público e a paisagem e criar níveis elevados de protecção ambiental.”***

Os recursos naturais, nomeadamente, a paisagem natural e o ambiente são uma importante vantagem comparativa para a região, por isso, a sua preservação é um factor essencial para a imagem internacional do Algarve.

***“3) Estruturar o sistema urbano regional na perspectiva do equilíbrio territorial e da competitividade.”***

A região do Algarve, devido à evolução histórica das suas actividades, não apresenta qualquer centro urbano capaz de se afirmar a nível nacional e ibérico. O objectivo do PROT passa por favorecer o aparecimento de aglomerações policêntricas, de modo a tornarem-se factores estruturantes no sul de Portugal.

***“4) Promover a diversificação da base económica e a emergência da sociedade do conhecimento.”***

Uma das ambições da região passa pela diversificação da base económica, já que a procura turística a longo prazo não irá gerar um crescimento elevado da economia regional. A diversificação passa pela aposta nos serviços avançados e nas actividades intensivas em conhecimento.

***“5) Ganhar maior projecção internacional e novos papéis no contexto nacional e europeu.”***

O PROT sugere a inserção da região em mais redes transeuropeias, assegurando novas oportunidades de cooperação transnacional e reforço da imagem internacional.

***“6) Reforçar a coesão territorial e a valorização integrada das potencialidades dos diversos territórios.”***

O modelo de desenvolvimento preconizado pela região nos últimos 30 anos conduziu o território a uma fragmentação nos níveis de desenvolvimento e ocupação do mesmo, gerando tensões, essencialmente, entre o litoral e a serra. É objectivo do PROT reforçar a coesão territorial da região, propondo mecanismos e acções que integrem as áreas menos desenvolvidas nas dinâmicas de desenvolvimento regional.

O PROT Algarve apresenta um programa de execução, constituído por um programa de estratégias, com as medidas e acções/projectos a concretizar no horizonte temporal do plano. As acções/projectos estão discriminados por territórios, sejam municípios, conjuntos de municípios ou a região num todo. Para o município de Lagos existem algumas acções/projectos para serem concretizados e concertados pela autarquia, por parcerias público-privadas e pela Administração Central.

Como foi referido anteriormente, o PROT Algarve identifica sete opções territoriais estruturantes. Dentro de cada opção territorial estruturante estão indicadas as acções/projectos a realizar no município de Lagos e dos quais resultarão em impactes para o território municipal.

## **1 - Sustentabilidade Ambiental**

O PROT Algarve pretende a “*consolidação de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável...*”, como forma de salvaguardar e valorizar os recursos naturais da região. No município de Lagos, as duas áreas integradas na Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental, correspondem à Ria de Alvor e a uma mancha florestal na freguesia de Barão de São João. A Ria de Alvor, apesar de não ter qualquer plano especial de ordenamento do território, está salvaguardada pelo Plano de Urbanização da Meia Praia, onde está inserida numa zona verde de protecção (da estrutura ecológica). No âmbito da elaboração do Plano Estratégico de Lagos, foi também elaborado o Plano

Municipal de Ambiente onde estão definidas estratégias de valorização e protecção dos recursos naturais municipais.

## **2 - Reequilíbrio Territorial**

Na opção estruturante “*Reequilíbrio Territorial*”, o PROT Algarve pretende reduzir as assimetrias entre o litoral e o interior, através de diversas intervenções de cariz sectorial. O município de Lagos, como vem descrito na caracterização, também apresenta graves assimetrias entre o litoral e o interior, no entanto, estão a ser tomadas medidas para reduzir essas assimetrias. Com a aprovação do Plano de Pormenor de Barão de São João e com o de Bensafrim quase terminado, a área interior ganha dois instrumentos importantes para a consolidação do tecido urbano desses aglomerados, modificando a imagem dos mesmos, no sentido de atrair mais população para essas áreas. Em ambas as localidades, a Câmara Municipal irá disponibilizar habitação a custos controlados, com o objectivo de apoiar a população mais desfavorecida, bem como fixar população no interior do município.

## **3 - Estruturação Urbana**

Nesta opção, o PROT Algarve pretende assegurar o policentrismo do sistema urbano regional, através do aumento da competitividade das cidades e das relações de complementaridade entre elas. A estratégia passa pela requalificação das áreas urbanas degradadas, valorização e dinamização dos Centros Históricos, contenção da construção excessiva na área costeira e criação de uma estrutura urbana ecológica eficaz.

Com uma identidade histórica bem vincada, a cidade de Lagos, em particular o Centro Histórico, necessita de uma requalificação e o primeiro passo será com a elaboração do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Lagos. A requalificação dos espaços urbanos de carácter turístico também é bastante importante para a competitividade e consolidação dos espaços urbanos. No município de Lagos está em vigor o Plano de Urbanização da Meia Praia, enquanto que o Plano de Urbanização da Luz se encontra em elaboração. Estes dois planos revelam-se essenciais para a estruturação dos espaços turísticos e das actividades relacionadas.

## **4 - Qualificação e Diversificação do Turismo**

A diversificação e qualificação do turismo é uma das bandeiras do PROT Algarve, como forma de assegurar mais turistas e rentabilizar a própria actividade. O peso do binómio sol/praias precisa de ser



reduzido em toda a região, por isso o município de Lagos não é excepção. O PROT Algarve sugere para o município alguns projectos importantes para a diversificação do turismo, com destaque para o Parque Temático dos Descobrimentos, o Museu dos Descobrimentos, Centro de Estágios Desportivos e Centro de Desportos Marítimos de Vento. Para além destes projectos, o Centro Histórico necessita de ser requalificado, como forma de atrair mais turistas da vertente turismo cultural. O turismo desportivo, de saúde, o golfe, o caravanismo e o turismo cultural apresentam-se como os principais produtos turísticos alternativos ao turismo balnear. A qualificação do turismo passa pela formação da mão-de-obra e pela construção de estabelecimentos hoteleiros de elevada qualidade. No município de Lagos estão planeados, actualmente, cerca de sete estabelecimentos hoteleiros de 4 ou 5 estrelas, assegurando a devida qualidade à oferta existente.

## **5 - Salvaguarda e Valorização do Património Cultural**

Nesta opção estruturante, o PROT Algarve assume que o património cultural histórico-arqueológico constitui um importante recurso para a diversificação do turismo, no entanto reveste-se de uma fragilidade que importa salvaguardar e proteger.

A cidade de Lagos apresenta um riquíssimo património cultural e histórico que necessita de ser requalificado. Para alargar ainda mais a oferta cultural, é sugerido pelo PROT Algarve a construção do Museu dos Descobrimentos e da integração dos museus existentes numa rede sub-regional de museus. A elaboração do Plano de Pormenor do Centro Histórico irá permitir realizar um inventário e avaliação dos valores patrimoniais existentes, para elaborar a melhor estratégia para a salvaguarda e valorização dos mesmos.

## **6 - Estruturação das Redes de Equipamentos Colectivos**

Esta opção estruturante refere-se à especialização dos centros urbanos através da articulação com as redes de equipamentos colectivos. O PROT Algarve pretende que a localização dos equipamentos estruturantes da região estejam distribuídos pelos diversos centros urbanos, com o objectivo de tornar o Algarve numa região polinucleada, coesa e competitiva internamente.

Relativamente ao município de Lagos, o PROT Algarve sugere a construção de um Parque Temático e de um Museu Nacional relacionados com os Descobrimentos e a realização de um estudo de viabilidade do Tecnopolis Lagos/Portimão, com vista à instalação de um Centro de Investigação, Universidade e um Centro de Congressos na cidade de Lagos. As primeiras obras do Tecnopolis de Lagos já começaram, num projecto que irá revolucionar a área noroeste da cidade.

## **7 - Estruturação das Redes de Transportes e Logística**

A última opção estruturante refere-se às Redes de Transportes e Logística, essenciais para o ordenamento e desenvolvimento da região. O Algarve necessita de uma reorganização nas redes logísticas regionais, o que só será possível através da criação de uma rede de áreas de logística e localização empresarial. As redes de transportes também necessitam de uma melhoria, em especial o transporte ferroviário e marítimo.

O município de Lagos apresenta uma excelente rede rodoviária, no entanto, como é proposto pelo PROT Algarve e no âmbito da requalificação da EN 125, necessita da construção de duas variantes, uma na vila de Odiáxere e outra na própria cidade de Lagos. Em matéria de transporte ferroviário, o PROT Algarve sugere a requalificação da linha do Algarve entre Lagos e Tunes e a realização de estudos de viabilidade para a construção de uma ligação ferroviária ligeira entre Lagos e Lagoa. Em relação ao transporte aéreo, está prevista a construção de um aeródromo intermunicipal para servir o Barlavento algarvio, facto que poderá desencadear um aumento do número de turistas para o município de Lagos. No aglomerado do Chinicato será implementada uma área de negócios e de logística de importância relevante para o município de Lagos.

### **Município de Lagos – O que foi concretizado**

Ao longo dos últimos anos e, sobretudo, depois de elaborado o Plano Estratégico de Lagos, a Câmara Municipal tem realizado obras de importância para a consolidação do município no plano regional. Apesar de ainda demorado, a reabilitação e requalificação urbana do Centro Histórico está em andamento, ainda sem o Plano de Pormenor aprovado. Ao abrigo dos Planos de Pormenor aprovados nos últimos dois anos, foi possível desencadear os projectos de renovação urbana nos aglomerados mais pequenos, como os casos de Espiche, Sargaçal e Barão de São João.

O Programa POLIS prevê a requalificação da frente ribeirinha, qualificação da frente envolvente às muralhas (com a criação de um anel verde) e a renovação urbana do núcleo primitivo da cidade. Quando concluídas, estas obras, irão modernizar a malha urbana, dando outra imagem da cidade de Lagos.

A nível social, foram disponibilizadas várias habitações a custos controlados e lotes para auto-construção, no âmbito do apoio social às famílias mais carenciadas.

Em relação aos equipamentos colectivos, nos últimos anos, foi terminada a 2ª fase da zona desportiva, com a construção do Pavilhão Municipal e das Piscinas. A Câmara Municipal também investiu muito no reordenamento da rede escolar, devido à fragilidade que a mesma apresentava anteriormente.

A nível cultural e turístico, foi criada a marca Lagos dos Descobrimentos, como factor de identidade local, cultural e histórica, que tem vindo a ganhar consistência ao longo dos anos. A realização do Festival dos Descobrimentos (2006 e 2008) contribuiu para a consolidação da marca Lagos dos Descobrimentos. Para a internacionalização da marca Lagos dos Descobrimentos, a cidade de Lagos estabeleceu vários acordos de colaboração com outras localidades, nomeadamente, das antigas colónias portuguesas: Ribeira Grande de Santiago (Cabo Verde), Ilha de Moçambique e Porto Seguro. A cidade tem também cooperação institucional com Palos de la Frontera (Espanha) e Bojador (Sahara Ocidental – Marrocos). A inserção da cidade de Lagos em redes internacionais também promove o município e possibilita a troca de conhecimentos, técnicas, informação e know-how. A cidade de Lagos está inserida no Fórum Ibérico de Cidades Amuralhadas, Associação Europeia de Municipalidades com Marina, “Walled Towns Friendship Circle” e na “Mayors for Peace” (Hiroshima).

Em termos administrativos, o centro do poder local mudou para um edifício mais moderno, denominado de Paços do Concelho Século XXI, onde todos os serviços e departamentos se encontram centralizados. A prestação de serviços aos munícipes foi melhorada, através da aposta nas novas tecnologias e na formação e qualificação profissionais realizados aos trabalhadores autárquicos.

### **Planos Especiais de Ordenamento do Território**

Os Planos Especiais de Ordenamento do Território foram criados em 1995, através do estabelecimento de um regime jurídico consagrado no Decreto-Lei 151/95, de 24 de Junho. No entanto, só passados 3-4 anos, com a aprovação da LBPOTDU (1998) e o RJIGT (1999) é que foram estabelecidas e clarificadas as relações com os outros instrumentos de gestão territorial.

Os PEOT constituem-se como planos de índole conservacionista, estando essencialmente vocacionados para “*estabelecer os regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais*”, definindo os princípios e regras de ocupação, uso e transformação do solo, na perspectiva da utilização sustentável do território.

De acordo com a LBPOTDU, os PMOT incorporam e obedecem aos princípios e regras estabelecidas pelos PEOT, enquanto que, os mesmos PMOT, programas e projectos de carácter nacional, regional ou local devem estar compatibilizados com os PEOT.

Correspondem aos PEOT, o Plano Ordenamento da Orla Costeira (POOC), o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) e o Plano de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP). No município de Lagos, apenas existem dois PEOT em vigor: o POAAP da Bravura e o POOC Burgau/Vilamoura.

### **Plano de Ordenamento da Albufeira da Bravura**

O Plano de Ordenamento da Albufeira da Bravura foi aprovado em 2004, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 71. O Plano classifica a albufeira da Bravura como albufeira protegida, recomendando que a pesca, a actividade balnear (banhos e natação), a navegação recreativa a remos e vela e a navegação a motor, sejam consideradas actividades permitidas com as restrições necessárias à manutenção da qualidade da água.

Considerando as potencialidades paisagísticas da envolvente da albufeira e as possibilidades oferecidas pelo próprio plano de água, a procura para actividades de recreio poderá crescer no futuro se forem criadas condições para isso. No entanto, existe pouca procura para actividades náuticas, devido à proximidade ao litoral e à inexistência de infra-estruturas de apoio. Até agora, tem havido pouco interesse em se investir na albufeira da Bravura.

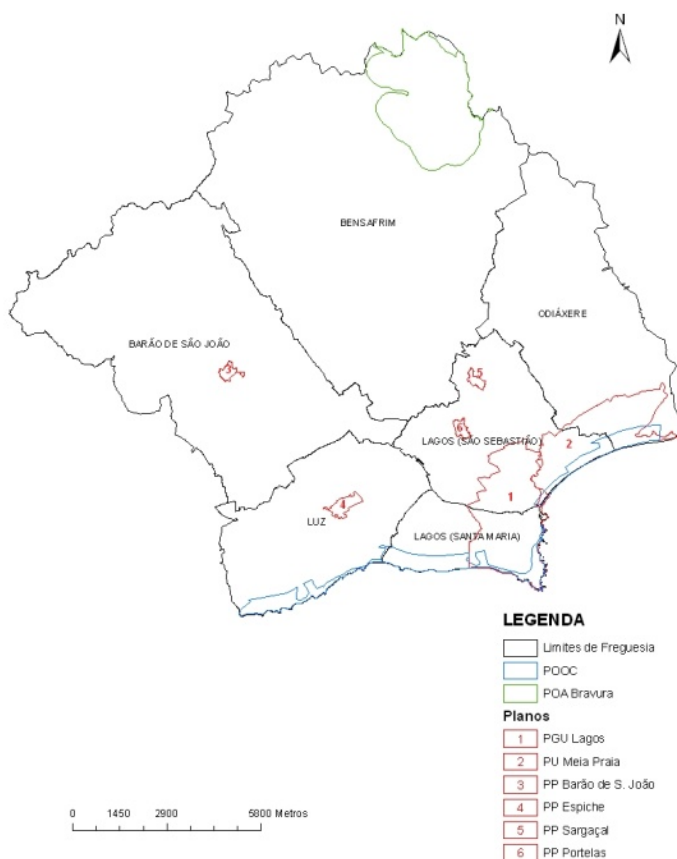
O Plano de Ordenamento da Albufeira da Bravura ocupa uma área muito pequena do total do concelho de Lagos, sendo os seus impactos no planeamento e ordenamento do território bastante diminutos. O facto de não existir nenhum aglomerado inserido dentro do plano (existe apenas um, mas no município de Monchique), não cria grandes atritos entre o Plano de Ordenamento da Albufeira e outros Planos de incidência espacial, como os PMOT.

A albufeira da Bravura poderia ser melhor aproveitada, funcionando como uma alternativa ao turismo de massas existente no litoral. Nesta área, estão definidos espaços para a implantação de empreendimentos orientados para o turismo no espaço rural, valorizando o turismo de natureza e o ecoturismo.

### **POOC – Burgau/Vilamoura**

O POOC Burgau/Vilamoura foi aprovado em 1999, portanto encontra-se no final do seu horizonte temporal. No entanto, ainda se encontram em processo de elaboração vários planos de praia para o município de Lagos. O POOC Burgau/Vilamoura integra uma área de elevado interesse turístico, por isso este plano reveste-se de grande importância para a preservação e salvaguarda da orla costeira, bem como para a definição dos usos e ocupação do solo. Os objectivos do POOC são os seguintes: *“ordenar os diferentes usos e actividades específicos da orla costeira, classificar as praias e regulamentar o uso balnear, valorizar e qualificar as praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos, defender e preservar a natureza e defender e valorizar os recursos naturais e o património histórico e cultural”*.

### Planos Municipais de Ordenamento do Território - Lagos



**Figura 33** – PMOT's e PEOT's em vigor no município de Lagos

Os primeiros trabalhos para a elaboração do PDM de Lagos começaram em 1985, no entanto, com a aprovação do PROT Algarve em 1991, verificou-se a existência de desajustamentos entre o Programa Base do PDM e o Plano Regional. O processo do PDM foi reiniciado, tendo sido ajustado em reuniões da Comissão de Acompanhamento,

com a participação de técnicos responsáveis pelo PROT Algarve. No final de 1992, o Relatório Final da Comissão de Acompanhamento do PDM emite o parecer favorável ao mesmo. Em Julho de 1993, o PDM foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Municipal, no entanto, em Fevereiro de 1994, um despacho do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, obriga a Câmara Municipal a realizar alterações ao PDM. Em Novembro desse mesmo ano, o PDM foi aprovado pela Assembleia Municipal. O PDM de Lagos foi ratificado pela Reunião de Conselho de Ministros nº28/95 e publicado no Diário da República. No entanto, foi apresentada em tribunal uma reclamação ao PDM, que a Assembleia contestou. Passados quase 3 anos desde a aprovação do PDM, o Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa anulou a deliberação da Assembleia Municipal que tinha aprovado o PDM de Lagos. A Assembleia de Lagos interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo e posteriormente para o Tribunal Constitucional, mas estes dois vieram dar razão ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa. No dia 31 de Janeiro de 2002, o PDM de Lagos perdeu a sua eficácia e a Câmara Municipal, passado pouco tempo, deliberou a retoma do processo de

elaboração do PDM. Até à actualidade, foram realizadas várias reuniões com a Comissão Mista de Acompanhamento e a Proposta de Plano tem sido constantemente reformulada, devido à sua compatibilização com o PROT Algarve e com as mais recentes directrizes legais.

No início da década de 90, a Câmara Municipal de Lagos abriu o concurso para a elaboração do Plano Director Municipal, que, posteriormente, foi aprovado pela Assembleia Municipal e ratificado pelo Governo Português. No entanto, uma empresa privada pôs a CML em tribunal devido a uma ilegalidade que consideram ter existido na elaboração do PDM. Em 2002, o tribunal veio dar razão à empresa privada e o PDM de Lagos foi suspenso e anulado.

Quer isto dizer que, desde 2002, o território municipal de Lagos está a ser gerido sem o seu principal instrumento de gestão territorial, sendo este, um caso único a nível nacional.

Apesar do PDM de Lagos não existir legalmente, encontram-se aprovados e em elaboração vários Planos de Urbanização e Planos de Pormenor que abrangem a maioria das localidades do município. O Plano de Urbanização da Meia Praia foi aprovado em 2007, enquanto que os Planos de Pormenor da Espiche, das Portelas, de Barão de São João, do Sargaçal, foram aprovados em 2008 e o da Zona Envolvente à Estação Ferroviária de Lagos aprovado em 2009. Em elaboração, encontram-se os PU de Odiáxere e da Luz e os PP do Chinicato, do Burgau, de Bensafrim, de Almádena e do Centro Histórico de Lagos. O Plano Geral de Urbanização da cidade de Lagos encontra-se em processo de revisão.

Temos, assim, um território carregado de planos municipais que ajudam a minimizar a inexistência de um PDM aprovado. No Algarve, apenas 3 municípios (Loulé, Tavira e Vila Real de Santo António) superam o de Lagos em PMOT aprovados ou em elaboração, isto apesar do município de Lagos nem ser dos maiores em área, em população e em número de lugares.

**“O facto de o município não ter PDM, terá acelerado o processo de elaboração de PP e PU? Isto tendo em conta que Lagos é um dos municípios do Algarve com mais PU e PP aprovados ou em elaboração”.**

À primeira vista, parece que a inexistência do PDM de Lagos desencadeou o processo de elaboração dos planos de urbanização e de pormenor, com o objectivo de ficar com um máximo de território municipal abrangido por planos. No entanto, na minha opinião, penso que não, até porque alguns planos municipais começaram a ser elaborados ainda antes da anulação do PDM de Lagos. O processo de elaboração de planos municipais deveu-se a uma política do executivo local de dotar todos os aglomerados com planos eficazes de forma a ordenar e estruturar a área urbana.

### **Plano Director Municipal**

A ausência de um PDM eficaz no município poderá constituir um grande obstáculo ao desenvolvimento local, porque, no actual contexto de competitividade territorial, o investimento privado tende a dirigir-se para locais onde a morosidade dos processos é menor e os territórios sejam geridos eficazmente pelos instrumentos de gestão territorial.

Como não existe um PDM legal, o município de Lagos rege-se pelas indicações do PROT Algarve (excepto nas áreas onde já existam outros PMOT), um documento que não tem competências no ordenamento do território, mas sim no desenvolvimento local e regional.

### **Plano de Urbanização da Meia Praia**

O Plano de Urbanização da Meia Praia (PUMP) é um dos PMOT mais importantes do município de Lagos, devido à área de implantação ser uma zona sensível do ponto de vista ambiental e, ao mesmo tempo, atractiva do ponto de vista turístico.

O PUMP tem como principais objectivos a salvaguarda e valorização dos recursos naturais existentes, assegurando um desenvolvimento sustentado da área de implantação do plano; diversificar a oferta de estabelecimentos hoteleiros, elevando a qualidade dos mesmos; garantir a identidade do espaço urbano, através da qualificação urbana; e completar as redes de infra-estruturas da área de intervenção. Para que a qualidade da oferta de estabelecimentos hoteleiros aumente, o PUMP não admite que sejam licenciadas as construções de pensões, estalagens, motéis e pousadas, nem parques de campismo.

Este plano revela uma nova abordagem dada ao desenvolvimento turístico, não indo pelo caminho mais fácil, ou seja, pela construção desordenada de estabelecimentos hoteleiros e moradias para segundas residências, mas sim pela qualificação do espaço urbano, integração de espaços verdes públicos e privados e construção de estabelecimentos hoteleiros de elevadíssima qualidade. O PUMP, ao contrário do PROTAL, é mais restritivo na proposta de ocupação do espaço por zonas urbanizáveis, definindo mais espaços correspondentes a áreas verdes, quer públicas, quer privadas.

O PUMP apresenta grandes restrições na aplicação dos índices urbanísticos e encarrega aos privados a obrigação de construir áreas verdes dentro das suas propriedades, sob o risco do projecto não ser aprovado.

O PUMP estabelece ainda outros objectivos no âmbito do ordenamento da área de intervenção, tais como:

Uma maior segurança no atravessamento da linha ferroviária, através da eliminação das passagens de nível;

Realojamento da população dos Bairros do SAAL e renaturalização daquela área;

Privilegiar uma tipologia de edificação de baixa densidade, juntamente com as áreas verdes nas encostas com maior visibilidade a partir de Lagos (de forma a minimizar os impactos visuais negativos);

Como o território da área de intervenção apresenta-se bastante desordenado e desarticulado, no PUMP, é proposta uma solução que passa pela ocupação turística ao longo da frente marítima, estendendo-se para o interior do território e pela ocupação residencial localizada na área norte do plano, estendendo-se para sul. Estas duas áreas serão intercaladas por espaços verdes e, na área central, junto a essas mesmas duas áreas, existirá uma zona de equipamentos, comércio e serviços de apoio.

### **Planos de Pormenor**

Nos últimos dois anos foram aprovados cinco Planos de Pormenor no município de Lagos, sendo que quatro deles integram aglomerados de pequena dimensão, no interior do município. Estes Planos têm como principal objectivo qualificar a área de intervenção, garantir um ordenamento e renovação do edificado e das actividades económicas e contribuir para a manutenção e atracção de população para os aglomerados de menor dimensão.

A elaboração dos Planos de Pormenor para estes aglomerados também teve o objectivo de delimitar os perímetros urbanos, tornando-os mais equilibrados e adequados à realidade actual. Procurou-se combater a ocupação dispersa através da integração dessas áreas no interior dos perímetros urbanos, em articulação com o restante tecido urbano.

Nos Planos de Pormenor estão consideradas novas áreas para equipamentos colectivos e espaços verdes, dimensionadas de acordo com os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva. Com a elaboração dos Planos de Pormenor, foi possível fazer um inventário de todos os elementos com interesse patrimonial e cultural do município, com vista à sua valorização e salvaguarda.

### **PROAlgarve 2000-2006**

PROAlgarve foi o nome dado ao Programa Operacional do Algarve no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio da União Europeia. Apesar de ter como limite o ano de 2006, os apoios comunitários estenderam-se até 2009, interferindo um pouco com o QREN (2007-2013). No total,



foram investidos cerca de 804,8 milhões de Euros no Algarve, sendo que 482,4 milhões de Euros foram comparticipados pelos Fundos Europeus (60%). No município de Lagos, apenas foram investidos 33,7 milhões de Euros (4,2% do total da região), comparticipados em 21,4 milhões de Euros (64%). Dos investimentos mais importantes realizados no município, destacam-se a construção de infra-estruturas rodoviárias e outros arruamentos (25,1% do investimento total no município), a renovação da rede escolar (16,4%), a construção do Pavilhão e das Piscinas Municipais (14,3%), renovação urbana das localidades de Lagos, Odiáxere, Bensafirim e Barão de São João (12,2%), reconstrução do Mercado de Lagos (8,1%) e a construção do Centro de Ciência Viva de Lagos (3,9%).

### **QREN 2007-13**

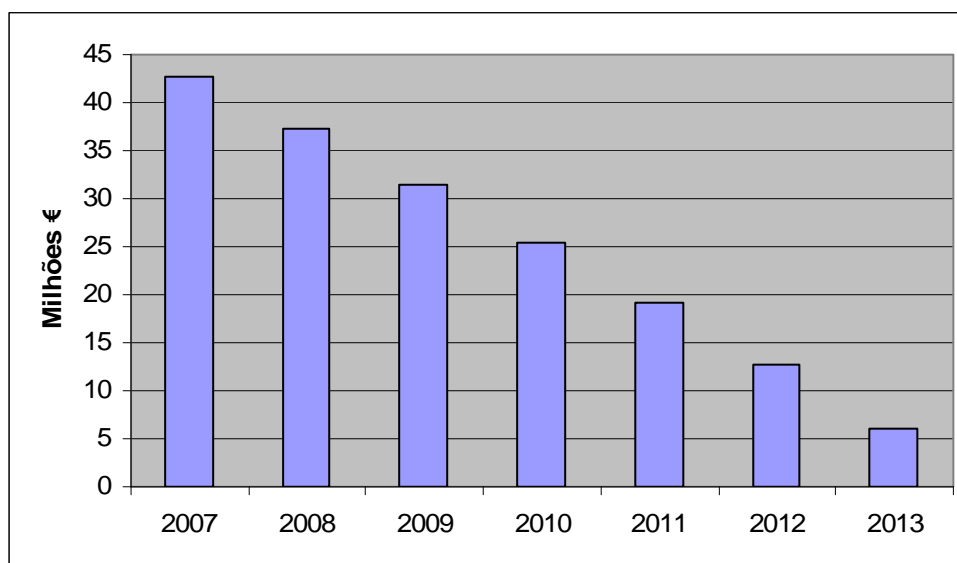
O Quadro de Referência Estratégico Nacional é o documento enquadrador onde estão definidas as principais prioridades do país para a aplicação dos Fundos Comunitários Europeus, no período 2007-2013. No âmbito do QREN, foi elaborada uma Estratégia de Desenvolvimento do Algarve para o mesmo período, como forma de agilizar os dois documentos.

O QREN está dividido em três Programas Operacionais Temáticos (Factores de Competitividade, Potencial Humano e Valorização do Território), cinco Programas Operacionais Regionais (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve), quatro Programas Operacionais das Regiões Autónomas (dois para os Açores e dois para a Madeira) e dois Programas Operacionais de Assistência Técnica. Para o período 2007-2013, o Algarve está inserido no Objectivo Convergência, embora se encontre na situação de phasing-out estatístico, recebendo, por isso, menos apoios financeiros que as regiões dos Açores, Alentejo, Centro e Norte. Os cerca de 175 milhões de Euros a receber do FEDER estão programados para serem distribuídos da seguinte forma: 42,8 milhões €(2007); 37,2 milhões €(2008); 31,5 milhões € (2009); 25,5 milhões € (2010); 19,2 milhões € (2011); 12,7 milhões € (2012) e 6 milhões € (2013). O Programa Operacional do Algarve abrange quatro eixos de actuação: Competitividade, Inovação e Conhecimento (Eixo 1 – 90 milhões €); Protecção e Qualificação Ambiental (Eixo 2 – 18,3 milhões €) e Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano (Eixo 3 – 61 milhões €), mais a Assistência Técnica (5,7 milhões €). Depois de se observar os Relatórios de Execução do Plano Operacional do Algarve de 2007 e 2008, chega-se à conclusão que apenas 9% das dotações financeiras para a região foram investidas, quando nesta altura já deveriam ter ultrapassado os 50%. As possíveis razões para este atraso, devem-se aos atrasos registados na chegada dos fundos do anterior QCA III, que terminava as suas funções em 2006, mas prolongaram-se até 2009. No entanto, não deixa de ser preocupante a demora na aprovação das candidaturas aos fundos

comunitários, pois estes fundos ao chegarem mais tarde não conseguem gerar a riqueza que é necessária para ultrapassar a crise económica e o elevado desemprego do presente.

Passados dois anos desde a entrada em vigor do novo QREN, ainda não foi possível observar os impactos da entrada dos fundos comunitários na região, até porque ainda só entraram 15 dos 175 milhões de Euros previstos para o Algarve. No município de Lagos, até ao final de 2008, só foram executadas 3 candidaturas, no valor total de 175 mil Euros.

**Figura 34** – Gráfico com os valores monetários a receber do FEDER para os anos entre 2007 e 2013



Fonte: QREN 2007-2013

## Perspectivas de Desenvolvimento e Planeamento

### O Cluster dos Descobrimentos

A cidade de Lagos apresenta características únicas, que a demarca de outros centros urbanos regionais e nacionais. A epopeia dos Descobrimentos está intimamente ligada à história da cidade, local de onde partiram muitos dos navegadores portugueses rumo a “outros mundos”. Segundo a lenda, o Infante D. Henrique teria criado uma escola de navegadores, bem perto de Lagos, onde ensinava e encorajava aos homens a arte de navegar.

Com um centro histórico bem vincado e com marcas dessa época, o Plano Estratégico de Lagos vem sugerir a criação de um cluster dos Descobrimentos, como forma de dinamizar o município e a sub-região do Barlavento Algarvio.

Este cluster iria integrar-se na ambição regional de criar um grande cluster do Mar Algarvio, seguindo um dos objectivos do PROT Algarve: *“Robustecer e qualificar a economia, promover actividades intensivas em conhecimento.”*

A concretização do cluster dos Descobrimentos já está em andamento, com o primeiro passo a ser dado com a criação da marca *“Lagos dos Descobrimentos”*. Entre outras medidas, também já se realizaram (e realizam-se anualmente) eventos culturais relacionados com a temática da lusofonia e dos descobrimentos. No entanto, ainda falta construir algumas infra-estruturas e equipamentos e realizar mais obras, para que seja dado o verdadeiro impulso no cluster dos Descobrimentos.

A construção de um Fórum, de um Museu e de um Parque Temático relacionados com os Descobrimentos, juntamente com a criação do Tecnopolis de Lagos (Universidade, Centro de Investigação e Centro de Congressos) iriam catapultar a cidade de Lagos para um outro nível de competitividade no âmbito regional e nacional. A concretização destes projectos arrojados, contemplados no PROT Algarve, iriam criar as condições ideais para o desenvolvimento do cluster dos Descobrimentos.

O Tecnopolis proporcionará a instalação de uma Universidade (denominada de *“Universidade Internacional dos Oceanos”*, pelo Plano Estratégico de Lagos), de um Centro de I&D (ligado, essencialmente, à pesquisa e exploração dos recursos do mar, engenharia naval e sistemas de navegação) e de um Centro de Congressos (com o objectivo de se realizarem congressos e seminários internacionais, ligados à temática do mar e dos descobrimentos).

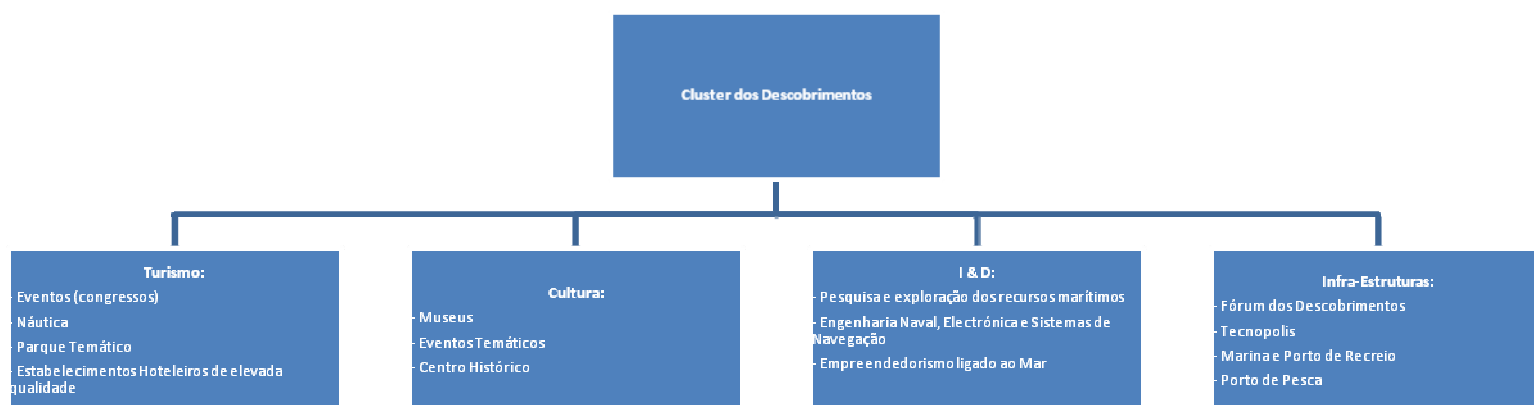
Estes projectos, a serem concretizados, possibilitariam a atracção de mais população, sejam residentes, turistas ou visitantes, com reflexos positivos no comércio local.

Segundo um dos objectivos do PROT Algarve, “*Qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer*”, estão previstos para o município de Lagos cerca de meia dúzia de hotéis de 4 ou 5 estrelas, como forma de elevar a qualidade da oferta de estabelecimentos hoteleiros.

O cluster dos Descobrimentos tem também como objectivo a diminuição da sazonalidade do turismo no município, para rentabilizar ao máximo a actividade turística. A diminuição deste fenómeno seria possível através da realização de eventos, congressos e seminários de cariz internacional, durante a época baixa do turismo (Outubro a Março). A diversificação da oferta dos produtos turísticos também seria uma mais valia para o município, pretendendo-se que a mesma diminua a sazonalidade da actividade turística. A implantação de um centro de estágios desportivos, a construção de um parque temático, a aposta no turismo de saúde e tratamentos e o golfe são importantes elementos de diversificação, para concorrer com o binómio sol/praias.

Para que o cluster dos Descobrimentos se concretize faltam apenas dois objectivos essenciais. O primeiro, e uma das obras mais importantes a serem realizadas na cidade, será a reabilitação e renovação do Centro Histórico de Lagos (CHL). O CHL é o “porta-estandarte” do cluster dos Descobrimentos e um importante local turístico e produto de diferenciação regional, por isso, é essencial a sua reabilitação e preservação. O segundo será o envolvimento dos agentes económicos e da sociedade civil na prossecução dos objectivos do cluster dos Descobrimentos: “*qualidade, diversidade, competitividade e inovação*”. Os actores do território são os principais responsáveis pelo sucesso, ou não, da implementação deste projecto, que pretende colocar Lagos como “*a porta da Europa*” (Plano Estratégico de Lagos).

**Figura 35 - Cluster dos Descobrimentos (adaptado do Cluster do Mar Algarve)**



### Tecnopolis de Lagos e Áreas Empresariais

Na ambição do PROT Algarve de *“Robustecer e qualificar a economia, promover actividades intensivas em conhecimento”*, a concretização do Algarve Tecnopolis representará um papel fundamental na prossecução desse objectivo.

Como foi referido anteriormente, o PROT Algarve sugere para a cidade de Lagos, no âmbito da estruturação das redes de equipamentos colectivos, a criação do Tecnopolis Portimão/Lagos. O conceito de Tecnopolis engloba a integração da tecnologia, conhecimento e inovação com a transformação do tecido urbano (*“polis”*).

A criação deste equipamento no Algarve e, em particular, em Lagos, visa combater a vulnerabilidade da região face a uma única actividade económica (turismo). Este projecto tem como objectivo promover a inovação tecnológica, tornar o turismo mais competitivo e tentar atrair actividades de valor acrescentado. O Tecnopolis será constituído por 3 núcleos: o centro de congressos e seminários, a incubadora de empresas e a Universidade, ligada às actividades do mar.

O Plano Estratégico de Lagos refere que o Tecnopolis de Lagos tem como missão *“acolher as empresas e as unidades de ensino e de I&D que desempenham um papel activo, pioneiro: (a) na modernização da actividade principal da região – o turismo; (b) na atracção de novas actividades a instalar em Lagos – empresas de pesquisa e exploração dos recursos do mar, serviços de saúde modernos, agricultura de base tecnológica; (c) e na formação de quadros e dirigentes para essas actividades – centros de formação avançada nas áreas de turismo, das actividades desportivas e náuticas, etc.”*

O Tecnopolis de Lagos localizar-se-á na área de expansão da cidade de Lagos (de acordo com a proposta de revisão do Plano Geral de Urbanização da cidade), bem perto do acesso à Via Longitudinal do Algarve. Numa área constituída actualmente por vegetação rasteira de nenhuma importância paisagística e ambiental, o conceito Tecnopolis pretende transformar esta área da cidade de Lagos numa referência urbanística do século XXI. A criação de muitos espaços verdes entre os equipamentos e serviços a integrar irá valorizar toda a estrutura urbana, rompendo com o anterior modelo. Como o Tecnopolis integrar-se-á na área de crescimento da cidade, terá a companhia de outros equipamentos de relevo. Estão previstos a integração do Centro Coordenador de Transportes, do Mercado Abastecedor, Pavilhão Multiusos, de um espaço para a realização de Feiras e Mercados ao ar livre, entre outros.

A integração entre estes equipamentos será feita através da criação de uma área verde e da definição de uma malha viária e urbana que confira qualidade e organização a esta área.

Como vem referido no Plano Estratégico de Lagos, a estratégia de desenvolvimento da cidade de Lagos passa pela *“requalificação de Lagos como Tecnopolis do século XXI, o que significa a transição da cidade balnear do século XX, baseada na monocultura do turismo de sol e praia, para uma cidade que aprenderá a combinar a revolução tecnológica com a qualidade urbanística e a sustentabilidade ambiental...”*

As Áreas Empresariais são pequenos espaços reservados à instalação de empresas e pequenas indústrias, na sua maioria, para servirem o comércio local. Algumas delas localizam-se nos aglomerados do interior e foram criadas para relocar o pequeno tecido empresarial/industrial existente, como forma de reestruturação dos aglomerados urbanos. Apenas a área empresarial do Chinicato apresenta características que permitem complementar o Tecnopolis de Lagos, servindo de centro logístico e de negócios.

### **Novos instrumentos de gestão territorial**

No âmbito do novo paradigma da gestão do território e das “cidades empresa”, surgem os novos instrumentos da gestão do território. Marketing Territorial, Planeamento Estratégico, Parcerias Público-Privadas e Urbanismo Flexível constituem estes novos instrumentos, que ao contrário dos instrumentos de gestão territorial clássicos, são bastante flexíveis como forma de assegurar a sua eficácia.

O Marketing Territorial provém do conceito empresarial de Marketing e tem como objectivo a venda e promoção de um determinado território, assegurando o crescimento económico através da atracção de empresas, eventos e turistas. O Marketing Territorial também tem como objectivo a criação de uma imagem positiva do território, como forma de afirmação no exterior.

O Planeamento Estratégico, também ele utilizado originalmente no mundo empresarial, visa o desenvolvimento de uma estratégia para um determinado território, baseada na escolha de um conjunto de produtos e serviços que se pensam vir a promover o crescimento económico e desenvolvimento do território.

As Parcerias Público-Privadas vêm colmatar a escassez de recursos dos governos locais, quer financeiros, quer competências técnicas e de gestão.

O Urbanismo Flexível, pouco praticado em Portugal, baseia-se na concretização de projectos pontuais e na flexibilidade do controlo público quanto ao uso e ocupação do solo. O Urbanismo Flexível rompe completamente com o planeamento territorial clássico, sendo mais eficaz (devido à menor dimensão do território de intervenção) e capaz de captar mais recursos, uma vez que favorece a formação de Parcerias Público-Privadas.

Destes novos instrumentos de gestão territorial, o município de Lagos apresenta um Plano Estratégico, bastante recente e com um horizonte temporal de 20 anos. A elaboração do Plano Estratégico revelou-se de grande importância para o município, por enquadrar uma estratégia de desenvolvimento e um rumo a seguir pelos governantes locais. Para além disso, o Plano Estratégico propõe a elaboração do Plano de Marketing Territorial para a cidade de Lagos, como forma de chegar junto a entidades que possam trazer novas actividades de valor acrescentado. Para além disso, as Parcerias Público-Privadas são também bastante utilizadas no município (tal como no resto do país), como forma de angariar recursos para a construção de obras importantes, como o Hospital de São Gonçalo e a Renovação da Frente Ribeirinha.

## **Matriz SWOT**

### **Pontos Fortes**

- Dinâmica populacional positiva
- Crescimento natural positivo
- Taxa de analfabetismo abaixo da média nacional, com tendência para diminuir
- População com o ensino superior, provavelmente, já ultrapassou os 10% (8,3% em 2001)
- Baixa taxa de desemprego em 2001
- Elevado índice de poder de compra
- Paisagem natural de grande diversidade
- Património histórico bastante relevante
- Melhoria das condições de habitabilidade do município devido ao aumento do parque habitacional
- Existência de infra-estruturas básicas de apoio ao desenvolvimento turístico, nomeadamente o aeródromo, a marina e os campos de golfe
- Existência de infra-estruturas de apoio à prática desportiva
- Todos os aglomerados estão servidos de PU ou PP
- Existência de um Plano Estratégico, Plano Municipal de Ambiente, Plano de Desenvolvimento Social e Plano Municipal de Turismo

### **Pontos Fracos**

- Índice de envelhecimento elevado
- Índice de dependência total da população de 55%
- Concentração populacional nas duas freguesias da cidade de Lagos
- Assimetrias entre o litoral e o interior (urbano e rural)
- Elevada terciarização da economia local, especialmente ligada ao turismo
- Fraco peso do sector industrial
- Elevada dependência dos turistas estrangeiros
- Sazonalidade do turismo
- Elevado número de alojamentos de residência sazonal
- Especulação imobiliária
- Aumento do congestionamento viário durante a época alta
- Oferta de transporte ferroviário bastante debilitada
- Degradação ambiental da área costeira devido ao desordenamento da actividade turística



- Existência de áreas urbanas degradadas, nomeadamente o Centro Histórico de Lagos
- Inexistência de locais de formação profissional e de ensino superior
- Inexistência de PDM eficaz

### **Oportunidades**

- Criação e delimitação de Zonas Naturais de Interesse Municipal
- Aproveitar o potencial que o espaço rural apresenta
- Diversificação da actividade turística, nomeadamente na aposta do turismo desportivo, rural e histórico-cultural
- Construção do Aeródromo Intermunicipal do Barlavento Algarvio
- Impedir o crescimento desordenado dos aglomerados e dos empreendimentos turísticos
- Construção do Tecnopolis Lagos, com o objectivo de atrair actividades de valor acrescentado para o município
- Apostar na criação de áreas de formação e investigação ligadas ao mar
- Aproveitamento do potencial logístico da área industrial do Chinicato
- Aumento da capacidade empregadora, devido ao desenvolvimento de novas actividades económicas
- Utilização de instrumentos como o Marketing Territorial para a projecção da cidade e da marca Descobrimentos
- Papel mais activo da Associação Terras do Infante

### **Ameaças**

- Perda do equilíbrio ambiental devido à elevada pressão urbanística
- Excessiva pressão construtiva desordenada, especialmente relacionados com as actividades turísticas
- Diminuição do número de turistas devido à crise internacional
- Concorrência de outros destinos turísticos internacionais
- Continuação da precariedade do emprego, devido à sazonalidade das principais actividades económicas
- Perda de importância regional devido à concorrência de Portimão e Lagoa

## Conclusão

No momento actual de grave crise económica, o apoio da autarquia ao investimento e às pequenas e médias empresas terá que ser bem gerido, como forma de potencializar o emprego e as actividades económicas locais e regionais. O facto de a economia local depender em grande parte do estrangeiro e do fluxo de turistas, agudiza ainda mais os efeitos da crise, pelo que é importante modernizar o sector, criar novos produtos e incentivar o emprego nos sectores primário e secundário (sectores de produção e transformação). A terciarização da economia assegura bons salários para a população em geral, no entanto, seria benéfico produzir e transformar localmente os bens essenciais, com o objectivo de criar mais emprego, desenvolver o mercado regional e evitar assim os gastos com a importação de produtos do estrangeiro.

O município de Lagos, a exemplo da grande maioria do Algarve, apresenta uma elevada percentagem de população activa empregada no sector terciário, nomeadamente relacionados com o turismo (actividades imobiliárias, restauração e alojamento). A indústria transformadora é praticamente inexistente, assim como o peso do sector primário na economia local. Apesar de vivermos numa época liberal, onde impera a livre concorrência empresarial, o Estado (governos locais e central) ainda desempenha um papel importante na criação de emprego e no incentivo à entrada de investimento, sendo que a construção do Tecnopolis de Lagos traria um novo espaço para a encubação de empresas, modernização tecnológica e aumento do emprego, quer em quantidade, quer em qualidade. Embora o Tecnopolis pareça uma utopia, a criação deste espaço poderá englobar a entrada de pequenas e médias empresas de base local, fomentar a cooperação entre elas e contribuir pouco a pouco para o crescimento e desenvolvimento deste espaço. Indirectamente ligado com o Tecnopolis, está o Cluster dos Descobrimentos, uma oportunidade para diversificar as modalidades de atracção do município e até da região (os Descobrimentos fazem parte do grande cluster do mar algarvio). Tal como Porter refere na sua obra sobre os clusters, estes não são criados de um momento para o outro, nem têm logo o sucesso que se pretende. O Cluster dos Descobrimentos será desenvolvido ao longo dos anos e não será um produto terminado, pois estará em constante mutação, de acordo com as expectativas da população, objectivos dos governantes locais e satisfação da procura turística.

A nível de planeamento, o município encontra-se em parte bloqueado pela inexistência de um PDM legal, dificultando a atracção de investimentos (por exemplo, a construção de um Retail Parque foi cancelada devido a esse facto) e o desenvolvimento local. Por seu turno, a execução dos Planos de Urbanização e Planos de Pormenor têm contribuído para uma melhoria da imagem das localidades do município e ordenamento do espaço urbano.

## Bibliografia

### Legislação:

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, pela Lei n.º 56/2007, de 31 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro (republicação integral). Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

Lei n.º 11/87 de 7 de Abril (alterada pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro) – Lei de Bases do Ambiente

Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de Agosto – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo – LBOTU

### Sítios de internet:

<http://www.ccdr-alg.pt/ccdr/index.php?module=ContentExpress&func=display&ceid=418>

<http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=D2FEB584-A9A2-4B07-98C6-441586DE9683&listaUltimos=1>

[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

<http://www.qren.pt/>

[www.ccdr-alg.pt/](http://www.ccdr-alg.pt/)

[www.cm-lagos.pt](http://www.cm-lagos.pt)

### Publicações:

INE (1993), Censos 91, *XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação*. Resultados Definitivos.

INE (2001), Censos 2001, *Recenseamento Geral da População. Resultados Definitivos*.

INE (2001), Anuário Estatístico da Região do Algarve

INE (2002), Anuário Estatístico da Região do Algarve

INE (2003), Anuário Estatístico da Região do Algarve

INE (2004), Anuário Estatístico da Região do Algarve

INE (2005), Anuário Estatístico da Região do Algarve  
INE (2006), Anuário Estatístico da Região do Algarve  
INE (2007), Anuário Estatístico da Região do Algarve  
INE (2008), Anuário Estatístico da Região do Algarve

Grandes Opções do Plano para 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 do município de Lagos  
Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau-Vilamoura  
Plano de Ordenamento da Albufeira da Bravura  
Plano de Pormenor de Barão de São João  
Plano de Pormenor de Espiche  
Plano de Pormenor das Portelas  
Plano de Pormenor do Sargaçal  
Plano de Urbanização da Meia Praia  
Plano Estratégico de Lagos  
Plano Geral de Urbanização de Lagos  
Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

ALVES, R. (2007); “*Políticas de Planeamento e Ordenamento do Território no Estado Português.*”  
Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa

ASHER, R. (1995); “*Dynamiques métropolitaines et Enjeux SocioPolitiques. Globalisation et Métropolisation*”, Futur Antérieur

BORJA, J. /CASTELLS, M. (1997); “*Local y Global: la Gestión de las ciudades en la Era de la Información*”; Unchs/Taurus, Madrid

CAMPOS, Vítor. (2007). “*O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e a gestão territorial no âmbito local*”, Revisão do PDM de Loures – Sustentabilidade Territorial, Jornadas de Reflexão Estratégica

CCDR Algarve (2008): “*Agenda Regional do Mar Algarve. Contributos para o Plano de Acção para o cluster do Mar Algarve*” (2008). Faro, CCDR Algarve

Direcção Geral do Ordenamento do Território (1988); “*Carta europeia do ordenamento do território*”. Lisboa, MPAT/SEALOT.

MENDES, José F. G.; RAMOS, Rui A. R; SOARES, Maria Elisabete Santos (2004), “*Planeamento do uso do solo em Ambiente SIG*”; Lisboa, Edição Livraria Almedina

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007), “*Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*”. Lisboa, MAOTDR.

PARTIDÁRIO, M. Rosário (1999); “*Introdução ao Ordenamento do Território*”. Lisboa, Edição Universidade Aberta

“*PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015*” (2007), Turismo de Portugal, Lisboa

SALVADOR, R. (2006); “*Empreendedorismo Urbano e a Nova Gestão do Território: o caso de Sintra*”; e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, Lisboa

## Lista de Figuras

<b>Figura 1</b> – Esquema das relações entre os instrumentos de gestão territorial.....	11
<b>Figuras 2, 3 e 4</b> – Enquadramento do município de Lagos, no Algarve e em Portugal Continental.....	12
<b>Figura 5</b> - População residente nos municípios do Algarve, 2001 e 2008.....	13
<b>Figura 6</b> - População residente nas freguesias do município de Lagos, 1991 e 2001.....	14
<b>Figura 7</b> - Taxas de Mortalidade e de Natalidade, no município de Lagos, entre 2001 e 2008.....	14
<b>Figura 8</b> - População do município de Lagos dividida por escalões etários, nos anos de 2001 e 2008.....	15
<b>Figura 9</b> - Índice de Envelhecimento, 1991, 2001 e 2008.....	16
<b>Figura 10</b> - Índice de Dependência da população, 2001 e 2008.....	16
<b>Figura 11</b> - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por local de residência, em 1991 e 2001.....	17
<b>Figura 12</b> - Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%) por local de residência, em 1991 e 2001.....	18
<b>Figura 13</b> - Taxa de Analfabetismo, 1991 e 2001.....	19
<b>Figura 14</b> - Nível de Instrução da população, em 2001.....	19
<b>Figura 15</b> - Taxa de Actividade e Taxa de Desemprego em 2001 (%)......	20
<b>Figura 16</b> - Caracterização do emprego, 2001.....	21
<b>Figura 17</b> - Caracterização do Desemprego, 2001.....	21
<b>Figura 18</b> - Índice do Poder de Compra, 2002 e 2005.....	22
<b>Figura 19</b> - Número de Empresas em 2001.....	23
<b>Figura 20</b> - Número de Empresas em 2007.....	23
<b>Figura 21</b> - Empresas por escalão de pessoal ao serviço em 2007.....	24
<b>Figura 22</b> - Quociente de Localização – Pessoal ao serviço nas empresas em 2007.....	25
<b>Figura 23</b> - Quociente de Localização – Volume da Vendas das empresas em 2007.....	26
<b>Figura 24</b> - Estabelecimentos Hoteleiros por municípios, 2002 e 2007.....	27
<b>Figura 25</b> - Capacidade de Alojamento (nº de camas), entre 2001 e 2007.....	28
<b>Figura 26</b> - Número de Hóspedes entrados em Estabelecimentos Hoteleiros, entre 2001 e 2007.....	29
<b>Figura 27</b> - Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros (em milhões), entre 2001 e 2007.....	29

<b>Figura 28</b> - Proporção de Hóspedes Estrangeiros (%), entre 2004 e 2007.....	30
<b>Figura 29</b> - Proporção de dormidas entre Julho e Setembro (%), entre 2004 e 2007.....	30
<b>Figura 30</b> - Taxa de ocupação-cama (%), entre 2004 e 2007.....	31
<b>Figura 31</b> - Cenário 1.....	33
<b>Figura 32</b> - Cenário 2.....	33
<b>Figura 33</b> – PMOT’s e PEOT’s em vigor no município de Lagos.....	45
<b>Figura 34</b> – Gráfico com os valores monetários a receber do FEDER para os anos entre 2007 e 2013.....	50
<b>Figura 35</b> - Cluster dos Descobrimentos.....	52

## ANEXO

### Medidas prioritárias para serem aplicados nos PMOT

*“1.2) Aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas de fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais;*

*1.4) Promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais;*

*1.5) Executar a política de gestão integrada da água;*

*1.6) Definir e executar uma política de ordenamento e gestão integrada da zona costeira, nas suas componentes terrestre e marítima;*

*1.9) Executar a Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas;*

*1.10) Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural;*

*2.4) Promover pólos regionais de competitividade e qualificar o emprego;*

*3.3) Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no Continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intra-urbanas;*

*3.4) Promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e a especificidade das áreas mais vulneráveis e despovoadas;*

*4.1) Promover o ordenamento das redes de educação do pré-escolar, do ensino básico e do secundário, da formação tecnológico/profissionalizante e da educação e formação de adultos, e implementar critérios de racionalidade no ordenamento territorial do ensino superior;*

*4.3) Desenvolver programas e incentivar acções que melhorem as condições de habitação, nomeadamente no que se refere aos grupos sociais mais vulneráveis;*

*4.4) Dinamizar redes de equipamentos colectivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e garantindo a segurança a todos os cidadãos;*

*4.5) Desenvolver uma rede supra-municipal articulada de equipamentos desportivos e de lazer activo que valorize a motricidade, aprofunde a equidade de acesso e qualifique a evolução do sistema urbano;*

*4.6) Dinamizar uma rede de equipamentos culturais que valorize identidades, patrimónios e formas de expressão artística num quadro de aprofundamento da educação para a cultura e de reforço da equidade de acesso e da participação nas actividades culturais;*



*4.7) Desenvolver os serviços de abastecimento público de água, e de recolha, tratamento e reutilização de águas residuais e de resíduos, estruturando a gestão na óptica da co-responsabilidade social e melhorando os níveis e a qualidade de atendimento;*

*4.8) Desenvolver as redes de infra-estruturas, de equipamentos e de serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade, reforçando a segurança, a qualidade de serviço e as condições de equidade territorial e social;*

*6.2) Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial;*

*6.3) Promover a participação cívica e institucional nos processos de ordenamento e desenvolvimento territorial.” (PNPOT, Programa de Acção)*